

ADverso

REVISTA
da Associação dos
Docentes da
UFRGS/ADUFRGS.



Adufrgs/Documento
A POESIA DE
LILA RIPOLL

Mesa-Redonda:
Universidade
Pública

o jogo de espelhos da privatização

O meio é a mensagem e nossa mensagem usa agora outro meio — a REVISTA ADVERSO.

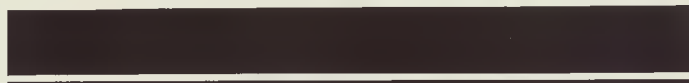
“Criança robusta e meiga/para os pais anjo celeste/para os outros, uma peste”, o ADVERSO REVISTA é a utopia acalentada por alguns professores da ADUFRGS amadores de jornalismo.

ADVERSO REVISTA registrará sem censura, críticas e reflexões dos docentes da UFRGS para alegrias e caras feias. Com direito a resposta.

Este número histórico (número zero), que na realidade iniciou com o jornal ADVERSO (que teve 12 edições), sai a público em mais um, entre tantos já vencidos, momento de crise da Universidade Pública e Gratuita.

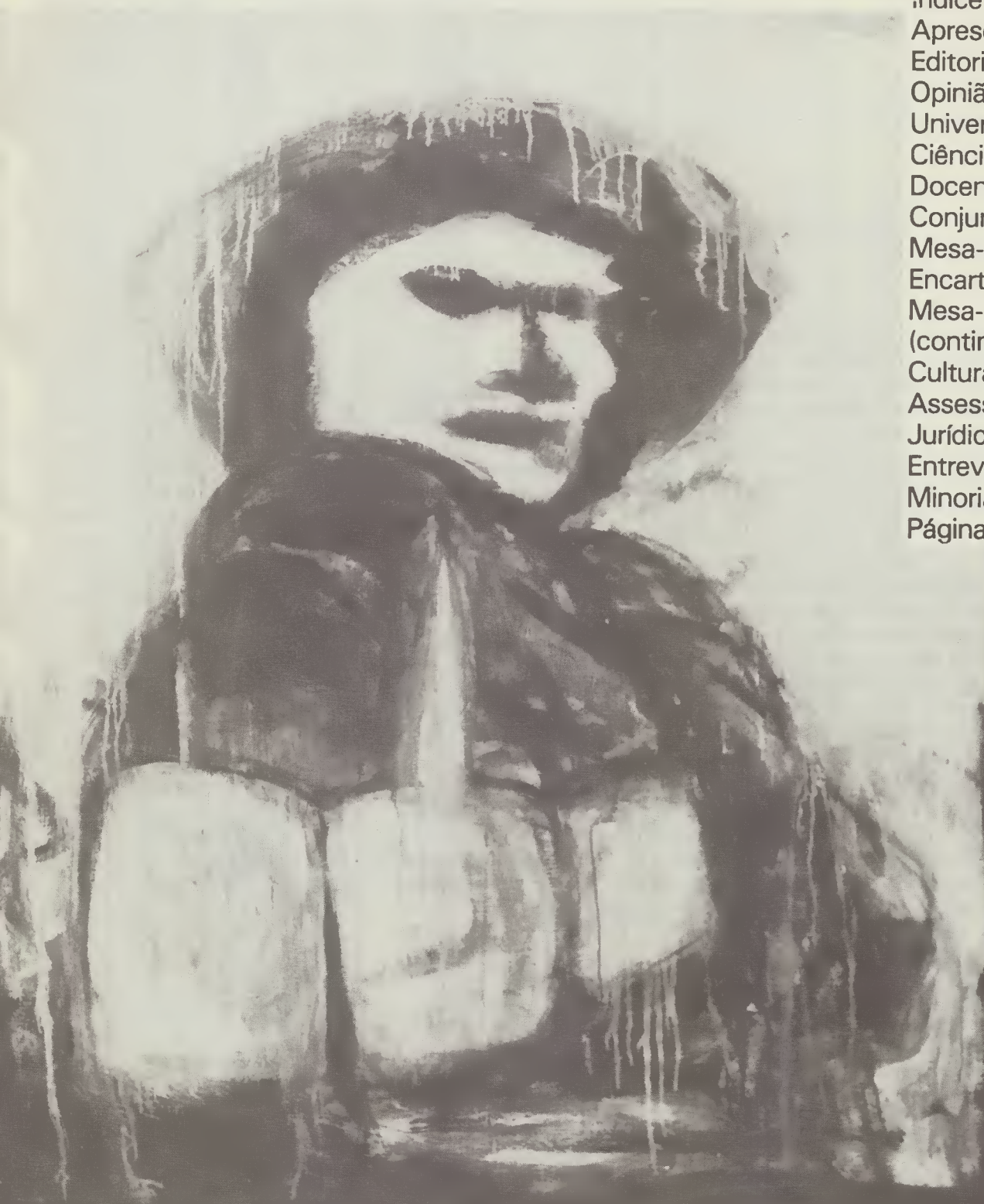
Para ajudar a construção de nossa resistência a mais este golpe, a Editoria do ADVERSO REVISTA selecionou matérias que tratam da Universidade Pública, da divisão de poder na UFRGS, do nosso direito constitucional à estabilidade e da conjuntura nacional. Reaja.

Os Editores.

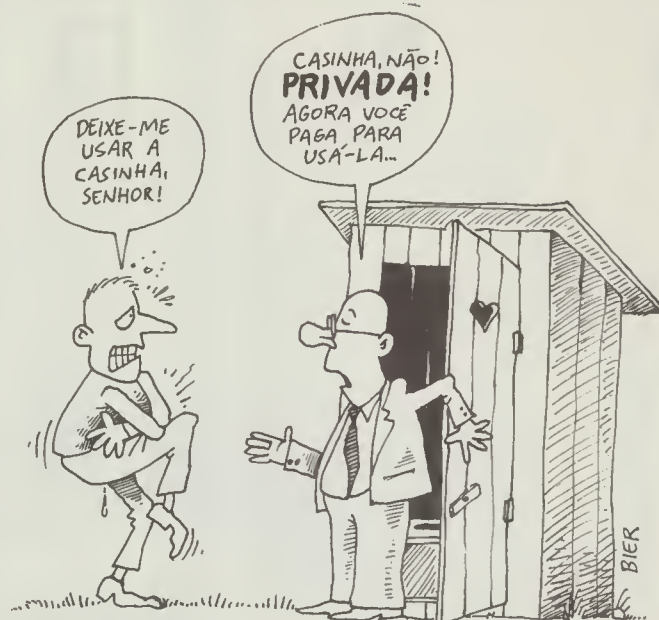


Í N D I C E

Índice	02
Apresentação ..	03
Editorial	04
Opinião	05
Universidade ...	06
Ciência/Movimento	
Docente	08
Conjuntura	09
Mesa-Redonda .	11
Encarte	
Mesa-Redonda (continuação) ..	17
Cultura	21
Assessoria	
Jurídica	23
Entrevista	26
Minorias	30
Página Livre ...	31



Artista: GELSON RADAELLI. Título: "DOSDONTUDE" — Acrílico e PVA sobre algodão cru — (Foto: Clenio Lentino) Em exposição de 12 de junho a 08 de julho — 1990. Galeria João Fahrion — MARGS.



Os Frias, os Sirotskys, os Mesquitas não são menos globais que os Marinhos quando colocam a Universidade Pública na conta de Collor com a sociedade civil com suas poupanças, impostos, seus trocos, seus trapos, seus trinta anos e seus desenganos.

Pergunta: eles querem reduzir gastos com a nossa já precária acumulação intelectual? a Universidade Pública, o professor universitário em dedicação exclusiva vale quanto pesa? Resposta nossa, substantiva — é da nossa profissão o medir e o comparar.

Um breve cotejo entre as publicações de uma única Unidade da UFRGS — o Instituto de Física — com todas as Unidades da área técnica da PUC-RS é reveladora. O Instituto de Física publicou, até o ano de 1989, 991 trabalhos científicos em periódicos internacionais, dentre os quais o artigo de física mais citado no Primeiro Mundo produzido no Terceiro Mundo no período 1970 — 75. Segundo uma nominata da própria PUC, os professores das áreas técnicas produziram, até 1989, 208 trabalhos, uma parte apreciável constituída de apostilas de pré-vestibular.

Não se trata de menosprezar nossos companheiros professores da PUC. Ao contrário, pretendemos demonstrar o limite de um ensino quase sempre mercantil

e confessional.

Em 1987, o IESPE, instituição de pesquisa de uma universidade privada financiada por recursos federais e portanto avalizada pela comunidade científica (CNPq e FINEP) foi fechado e seus pesquisadores sumariamente demitidos. Não houve o mínimo esforço de reavaliação de sua postura. Desconheceu a assinatura de mais de 300 intelectuais, que firmaram documentos emitidos por suas Associações (SBPC, AMPUH, AMPOC, CNPq), advertindo da improcedência daquele ato institucional.

O ensino privado pouco considera a relação custo-benefício da produção intelectual. Mas considera e controla, dentro da opacidade, a autonomia do saber. Somos a Universidade. Devemos cogitar tudo: do um mais um à idade da Terra; da acumulação de capital à diferenciação social. Propomos tudo. Decidimos pouco. Estamos no limite do saber. Esta a nossa fragilidade. Este o nosso poder. Exercê-lo, sempre implica democracia. Sua eficácia e seu encanto é o processo de mobilização que ela instaura no tempo cotidiano. A experiência da liberdade estrutura nossa identidade, produz distanciamento, determina limites.

EXPEDIENTE

ADverso — Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ADUFRGS.
Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar
— Telefone: (0512) 26.2719.

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º vice-presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º vice-presidente: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1ª secretária: Ana Maria e Souza Braga

2ª secretária: Maria Adélia Pinhal de Carlos
1º tesoureiro: Tiago J. Martins Simões
2º tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º suplente: Fernando Molinos Pires/Filho
2º suplente: Mário Generosi Brauner

ADVERSO

CONSELHO EDITORIAL
Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
Mário Sérgio Vaz Cabeda
Raul Dorfman
Maria Assunta Campilongo

Fernando Molinos Pires Filho
Eloina Prati dos Santos

Redação e Edição:

Raquel Ritter Longhi
Reg. nº 5922/23/32 RS
Projeto e Produção Gráfica:
Vit Núñez e Mariceia Benetti
Diagramação: Mariceia Benetti
Ilustrações: Vit Núñez
Charge: Schroder
Capa desta edição: Vit Núñez

A Respeito de “O Triunfo do Contra-Senso: Está de Volta o Tempo dos Mágicos”, de Ignacio Ramonet.

FLÁVIO DANNI FUCHS*

Movido pela ansiedade de entender algumas aparentes revoluções contemporâneas, lancei-me com avidez na leitura do “ADUFRGS DOCUMENTO” encartado na edição de março/abril do jornal de nossa Associação (título e autor acima). Como um pesquisador da área de ciências “quasi-exatas” (biomédicas), espero que os cientistas sociais e políticos, historiadores, entre outros, possam oferecer uma leitura inteligente daquelas revoluções, de forma a me propiciar a preocupação exclusiva com a minha faina individual. Pois para minha surpresa o referido ensaio, além de não responder às minhas indagações, acrescentou outras preocupações (menores) à lista dos problemas cotidianos. Em síntese, se as interpretações ali contidas fundamentam-se em dados obtidos pelos métodos referidos, é tempo de se questionar a contribuição de (alguns) pensadores daquelas escolas.

O trabalho de Ramonet se propõe a ser uma fundamentada crítica ao metafísico e às suas razões, mas se constitui, paradoxalmente, num exemplar modelo do criticado. Algumas passagens são ilustrativas.

A premissa para o desenvolvimento do raciocínio apresentado é de que os últimos 16-18 anos correspondem a um período de “crise econômica” na Europa e em outros países desenvolvidos!!! Onde estão os indicadores de tal afirmação? Salvo melhor juízo, parece que a maioria dos países venceu a crise do petróleo. Alemanha, Itália, França, Japão, os países escandinavos, a

Espanha e Portugal e o próprio Estados Unidos passam por um período de crescimento, ou pelo menos, de estabilidade econômica. Por favor, acudam-me os economistas (com dados concretos).

A referida crise, segundo o autor, teria exacerbado o culto ao místico e às soluções mágicas. Valendo-se de um referencial histórico (a crise da década de 20), utiliza vários exemplos aparentemente comprobatórios de sua interpretação, esses incluem desde a figura do louco investidor da bolsa de Madri que se enforcou em praça pública, passa pelo aumento do prestígio de santos, curandeiros e afins, e chega à intensificação da cinematografia fantástica. Mas onde estão os dados que apontam tais tendências? Quantos investidores da bolsa se mataram em épocas de (suposto) crescimento econômico? Há estudos comparativos sobre o número de fiéis que procuram os lugares santificados, ou charlatães, ou outros, nos períodos comparados? Está certo, está certo, um ensaio é só um ensaio e não a tese de doutorado definitiva. Mesmo assim, os dados apresentados não parecem deter, sequer, o suporte intuitivo. No caso dos filmes isso é muito evidente. Não há porque concluir que os produzidos nos dois períodos de depressão econômica sejam mais comumente orientados ao fantástico, mesmo que se aceite que os últimos anos tenham sido de depressão. Qual foi o mote para a produção de filmes não citados, como “O Bebê de Rosemary”, “O Exorcista”, “Carrie, a Estranha”, entre outros? Quem sabe seja somente o retorno de investimentos, que

oscila periodicamente entre os diversos gêneros. Senão, teremos que dissertar sobre os motivos políticos, sociológicos e antropológicos que sustentam as fases de “bang-bang”, comédias italianas, aventuras espaciais, etc. Um dos filmes citados pelo autor, “O Nome da Rosa”, parece ser um exemplo oposto às suas teses. De fato, esse filme e o brilhante livro de origem baseiam uma intrigante história policial na busca da verdade e na crítica às interpretações metafísicas da realidade.

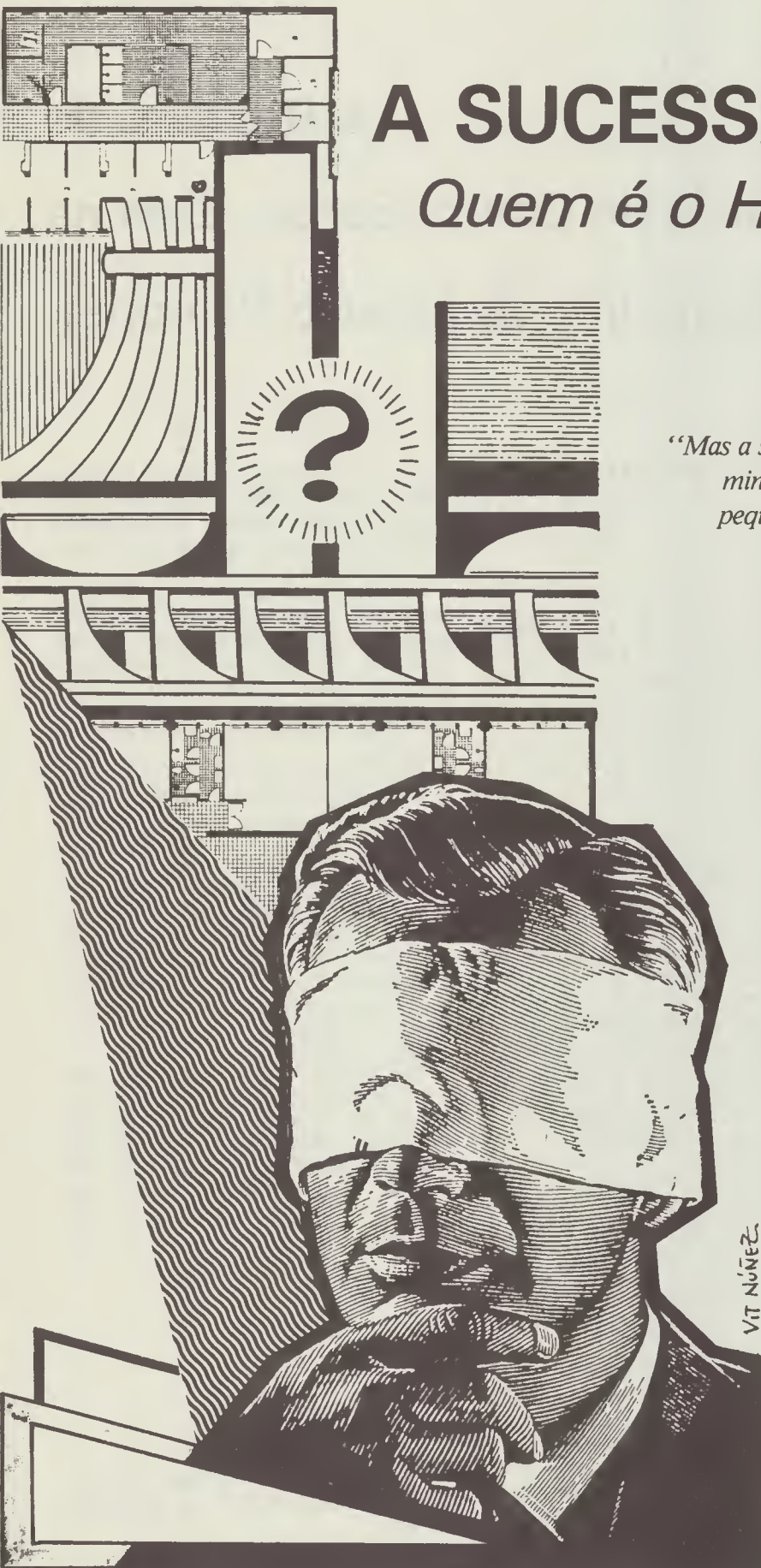
Francamente, a interpretação proposta soa-me mais como uma religião alternativa às comentadas no texto, do que um real exercício de ciência ou, até, lógica. Uma desculpa para o autor é de que o artigo é de 1987, portanto anterior aos fatos concretos atuais. Mas esse não é o caso do colega que escolheu esse ensaio, em 1990, como uma crítica para a aparente “onda democratizante” e “renovação teórico-cultural” contemporânea (palavras grifadas no prólogo original).

Em tempo, o dito ensaio terminou por contribuir para meu melhor entendimento das “pseudo-revoluções contemporâneas”. Não porque tenha me fornecido qualquer chave universal, mas porque me permite ficar tranquilo com as minhas próprias interpretações.

*Prof. do Depto. de Fisiologia, Farmacologia e Biofísica do Inst. de Biociências/UFRGS.

A SUCESSÃO NA UFRGS

Quem é o Herdeiro do Trono?



"Mas a sua hora aproxima-se! E aproxima-se também a minha. A cada hora que passa, tornam-se eles mais pequenos, mais pobres, mais estéreis — pobre erva! Pobre solo!" (F. W. Nietzsche).

MARIA ASSUNTA CAMPILONGO*

De tudo o que já se disse sobre os recentes episódios que envolveu a substituição do reitor na UFRGS, uma coisa temos de reconhecer: nós, professores, contamos muito pouco nos processos decisórios que se referem a disputas de poder e escolhas.

Após dois anos de mandato imposto, temos como novo reitor o preposto, o qual, num determinado momento, intuiu-se.

O casuismo, a interpretação da lei segundo a vontade dos que dominam, continua sendo a lei maior. Neste processo passa-se por cima de tudo, inclusive das tímidas conquistas da comunidade universitária no que diz respeito às questões da democracia interna. Isto porque, quando os interesses são mesquinhos, a democracia é esquecida, desvirtuada, constrangida. As instâncias decisórias abrem mão de suas prerrogativas, omitem-se. Esta omissão cria a possibilidade da centralização do poder nas mãos

*Prof.^a do IFCH/UFRGS - Depto. de Ciências Sociais

de um só indivíduo. Na UFRGS atualmente existe uma única instância de poder: a do chefe.

Isto porque o CONSUN acovardou-se na questão da escolha do novo reitor, no momento mais crucial em que deveria ter reforçado, no mínimo, as regras anteriormente aprovadas na ocasião da escolha, em 88. Reafirmou, ao contrário, procedimentos que julgávamos enterados em nossa Universidade, reduzindo a comunidade a um número de matrícula ou de coleção. Acomodou-se ao paranóico discurso do "mal menor", aceitando a "democracia" da paz forjada, da pseudo-harmonia, que se apóia na negação dos direitos de cidadania e que põe em xeque a legitimidade que normalmente se conferem aos mandatos, quando baseados em critérios que não legitimem as honrarias pessoais, a luta simplesmente pelos cargos, aposentadorias e outras benesses — fundamento, sem dúvida, da política dos pequenos.

Onde fica todo o discurso da democracia, que sempre apela para a comunidade? Essa comunidade que é atirada de um lado para outro, que é constantemente humilhada e que é empurrada, impelida a seguir os desígnios dos que constantemente falam em seu nome e, enquanto isso, se apropriam do poder e daquilo que ela tem de mais caro: o direito de escolher e definir os seus caminhos.

Vivemos hoje um momento crucial de nossa história no movimento docente, que é o de reafirmar as conquistas que tivemos ao longo dos 10 últimos anos no que tange à nossa vontade de cidadãos. No entanto, a comunidade está como que paralisada, sem crítica aberta, vivendo, sem dúvida, um momento de muita "paz": velhas práticas estão novamente em voga. Tomam-se os cargos, ameaças explícitas ou veladas são feitas à universidade pública, arranjos e inúmeras medidas provisórias governam nossas vidas, não importando se são ou não legais ou constitucionais.

Afinal, para que servem os regimentos e as constituições, senão para locupletar a vaidade de quem fala em "paz", "felicidade" e "virtude"? Esta é, sem dúvida, a hipocrisia, o "realismo cínico" dos dominantes.

A sucessão na UFRGS é um pequeno episódio desse grande espetáculo sórdido em que se transformou a política brasileira. Política do faz-de-conta, da incons-



titucionalidade, das "arrumações", dos padrinhos, da mediocridade, da covardia, que no discurso denomina-se "moderação", ou o para se "evitar o pior". O que pode ser pior do que isto?

Pois, é na qualidade de quem ainda consegue se surpreender com este estado de coisas, que penso numa questão maior, que atinge todo um povo, enxovalhado, humilhado, sem direitos: sua cidadania.

O cidadão tem seus direitos garantidos quando as instituições zelam por eles e defendem sua soberania. Isto porque as instituições são o resultado de processos e lutas de todo um povo em defesa e conquista desses direitos. Que dizer de uma sociedade cujas instituições atuam em sentido contrário às funções para as quais se criaram?

A ausência deste requisito numa população ou uma comunidade gera autoritarismos dos mais diferentes matizes, o mandonismo, o exercício cego do poder — poder sem autoridade.

Abrem-se as portas para as mais injustificadas formas de se construir a "paz".

A paz forjada baseia-se na violência e na injustiça, e a injustiça perpetua as formas sub-humanas de existência física, moral e intelectual.

Por isso, não é ao Sr. Dick que ataco diretamente (ele é um pequeno ator neste grande cenário). Ataco a toda a situação que permite o estabelecimento de tais processos abusivos.

O grande cenário onde se desenvolve este grande abuso nacional é o Estado e a sua crescente intervenção, através de mecanismos de controle que entravam a livre organização da sociedade civil e que impedem o desenvolvimento pleno do próprio conceito de cidadania, configurando situações de contrariedade entre a lei e a prática da lei.

A cidadania, sabe-se, é no plano político e institucional a qualificação necessária a qualquer regimento, constituição, que fundamenta e legitima o exercício do poder político.

Fora disso não há possibilidade de existir sequer num resquício de democracia e de respeito à dignidade da pessoa.

Organização de Educadores Latino-Americanos e do Caribe Por Um Mundo Melhor

Professores e educadores presentes ao Encontro de Educadores por um Mundo Melhor, realizado em Havana, Cuba, de cinco a nove de fevereiro, entre eles a professora Ana Maria Braga, da Diretoria da ADUFRGS, aprovaram projeto para a criação da Organização de Educadores Latino-Americanos e do Caribe por um Mundo Melhor.

A Organização surge da "necessidade de união dos educadores no sentido de impulsionar um grande movimento educativo-pedagógico a partir da defesa e desenvolvimento de uma proposta pedagógica latino-americana e do Caribe, que tenha como suporte e objetivo fundamental a defesa da identidade cultural dos nossos povos como uma via necessária para a reafirmação de nossas raízes históricas, a partir das quais os educadores contribuem para a formação do homem autenticamente latino-americano", conforme é expresso na Declaração de Constituição da Entidade.

Tendo em vista o objetivo de concretizar a entidade criada, foi eleito um Comitê Organizador Provisório para cada País representado. A delegação brasileira adotou como critérios: Estados representados, Universidades e Entidades de Classe. Sua constituição é a seguinte: **Prof.^a Maria Ciavatta Franco** (Universidade Federal Fluminense - RJ),

como coordenadora; **Prof.^a Dirce Gomes** (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SP), titular e **Prof.^a Ana Maria Braga** (Un. Federal do Rio Grande do Sul - RS/Associação dos Docentes da UFRGS), como titular. Os suplentes são: **Prof.^a Anita Gomes dos Santos** (Sindicato de Professores do Rio de Janeiro), **Prof.^a Heloísa de Mattos Holfling** (Universidade de Campinas - SP) e **Prof.^a Odele Antônia Brezolin** (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul).

O Comitê Brasileiro reuniu-se em seis de abril, na Universidade Federal Fluminense, tendo utilizado como base os Estatutos da Associação Nacional de Pós-Graduação em pesquisa em Educação - ANPED.

A proposta brasileira será levada para a reunião do Comitê Coordenador, em Havana, de 26 a 28 de junho próximo, que terá a incumbência de propôr a forma final dos Estatutos, que será submetido à aprovação da plenária no 3º Encontro de Educadores por um Mundo Melhor, em Havana, em 1993.

Após o Encontro de junho, serão divulgadas informações e decisões dele emanadas.

Em Porto Alegre, SBPC Integra o Cone Sul

A UFRGS vai sediar a 42.^a Reunião Anual da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na semana de oito a 13 de julho. Cientistas, pesquisadores e estudantes reúnem-se na Reunião em um grande intercâmbio de informações e experiências. O Campus Central será palco de uma série de simpósios, mesas-redondas, conferências e encontros, para o debate de resultados de pesquisas, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Pela primeira vez na sua história, a Reunião Anual da SBPC estende sua abrangência a toda a América Latina, proposta da delegação do Rio Grande do Sul apresentada durante a 41.^a Reunião, em Fortaleza, em 1989. Sob coordenação da prof.^a Bazílicia de Souza, secretária regional da SBPC no Rio Grande do Sul, a Reunião terá como tema central "Ciência e Integração na América Latina".

Entre os participantes, já estão confirmados os nomes dos pesquisadores **Hira De Gortari**, historiador da Universidade do México; **Mário Tapia**, pesquisador do Instituto Nacional de Investigação Agrícola de Lima, Peru; **Francisco de La Cruz**, físico nuclear do Centro Atômico

de Bariloche, Argentina, **José Chiaramonte**, historiador da Universidade de Buenos Aires. Entre os temas a serem tratados, estão: **Ensino da Literatura via Teatro**, **Endemias da Amazônia**, **Núcleo de Galáxias**, **Biotecnologia e Produção Vegetal**.



O ECONOMÊS E O PORTUGUÊS

O que distingue os homens (e as mulheres também) dos outros seres da natureza terrestre é que os homens (e as mulheres também) pensam. “Cogito, ergo sum”.

Pensando, pensando, fomos inventando o fogo e a roda, o arco e a flecha, o churrasco e o chimarrão, o triângulo amoroso e, porque não, a economia.

Na sua origem, a economia era muito simples: eu pensava que tinha fome, procurava alguma coisa para comer e agia. Não havia ainda o mercado, nem a lei da oferta e da procura, logo, não era ainda a economia clássica.

Daí os homens (e as mulheres também) pensaram: “eu preciso inventar o comércio”.

Ora, o comércio baseia-se na troca, no lucro, na moeda e nos papagaios — hoje conhecidos como letras ao portador, cheques, CDBs, e outros papéis sem valor quando estão na sua conta corrente ou cadernetas de... como era mesmo o seu nome?

E, para que todos — homens e mulheres — soubessem o que era aquilo, inventaram a palavra. Palavra vai, palavra vem, inventou-se a língua portuguesa. Portanto, a língua substituiu o pensamento e foi criada pela necessidade do mercado. Sem o mercado não há o prazer da língua.

A palavra foi inventada como um som, mas como a voz dos primitivos homens (e mulheres também) era um pouco rouca e não muito potente (o rádio, a TV e o gravador ainda não haviam sido inventados), ela alcançava apenas poucos metros.

A consequência desta constatação foi a palavra escrita, para que os homens (e as mulheres também) pudessem fazer comércio exterior.

RAUL DORFMAN*

Aí começou uma grande confusão, com todo mundo falando junto e emitindo muitos sons e papéis, provocando uma verdadeira confusão no mercado: havia um excesso de liquidez.

Então, os homens (e as mulheres também) voltaram a pensar, só a pensar. Calaram-se e resolveram começar tudo de novo. Pensaram que o comércio é uma consequência de existirem homens e mulheres, e que os homens e mulheres se comunicam não pelo prazer do comércio, mas pelo comércio do prazer. Só que para fazer isso, era preciso que as palavras tivessem um significado claro. Então, inventaram a gramática da língua portuguesa, e todo aquele que falasse ou escrevesse com as regras da gramática estaria dizendo ou escrevendo coisas que os outros entenderiam perfeitamente bem.

E isto foi bom para os homens (e as mulheres também), mas não foi bom para o comércio. Como explicar em português bem claro o que é lucro? Como explicar o que é rico ou pobre, fidalgo ou plebeu, senhor ou escravo, elite ou descamisado, propriedade privada ou propriedade pública, marajás ou odaliscas, salário mínimo ou over-night?

Pensaram, pensaram, pensaram e foi neste momento histórico que criaram a economia clássica.

Vejam como os homens (e as mulheres também) são espertos: quando estão complicados, eles param para pensar (por isso se diz que quem pensa não casa). E os danadinhos pensam cada coisa...

Só que a economia clássica foi criada pelos ingleses. Pois não é que eu me esqueci de citar que os homens (e as mulheres também) não estavam todos no mesmo lugar e, ao invés de criar uma só língua, inventaram dezenas delas, e algumas variáveis chamadas dialetos, que são falados pelo mundo afora, cada qual com sua gramática? Mas o pessoal primitivo não sabia disso: levou muito tempo para o português descobrir que a mulata vivia no Brasil e que o índio quer apito. A invenção lógica para resolver o impasse das línguas foi o dicionário. Tudo bem, cada um falaria sua língua ou seu dialeto, e eles teriam os correspondentes significados traduzidos pelos dicionários: meio complicado, como costumamos ser, mas exequível. Os homens (e as mulheres também) não param nunca de inventar.

Isto resolveu também o dilema da economia clássica para explicar sua lógica: criou-se o economês, uma língua especial, falada pelo povo que habita o universo do comércio, cuja tradução é feita pelos economistas.

É claro que esta linguagem tinha também de apresentar seus dialetos: temos o economês clássico, o neo-clássico, o liberal e, o mais novinho deles, o metafórico-analógico ou economês didático. Este economês é prático, culto ou decorativo, e serve para explicar em português, para o vulgo ignaro, as geniais soluções que algumas mulheres (e homens também) descobrem para as crises do mercado.

Eis um exemplo: “As torneiras da liberação de cruzeiros na economia serão progressivamente reduzidas por-

*Professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS.



que exigem uma intervenção do governo no setor produtivo, de difícil administração. O governo não tem instrumentos para avaliar com precisão a liquidez. A falta de dados obriga o governo a administrar sua política monetária em sintonia fina". (Zélia C. de Mello, Folha de S. Paulo, 26.04.90, p. B1).

Outro exemplo: "No 40º dia do choque monetário, o ajuste do balanço da liquidez, processo de engenharia hidráulica. O ajuste se faz de baixo para cima, de forma capilar: o ajuste da economia funcionando. E também se faz de cima para baixo, de forma seletiva: o ajuste do governo irrigando". (J. Betting, idem, p. B2).

Supimpa. Joãozinho Trinta, ao colocar no Sambódromo sua E.S. Beija Flor, com toda aquela mulherada com os peitos de fora (e os homens também), não foi tão feliz ao retratar a sensualidade, a alegria e a felicidade do povo das favelas do Rio de Janeiro co-

mo o foram os porta-vozes desta new-wave para traduzir o economês para o português vulgar.

Antes do advento do economês didático, se dizia que os negócios se faziam entre o freguês e o comerciante, e o biscoiteiro era o cara que fazia pequenos serviços ou negócios. Em economês didático se diz: "as relações de troca se fazem entre os agentes econômicos", sendo o biscoiteiro traduzido por "agente econômico informal". Bárbaro!

Mas sempre tem uma pedra no meio do caminho... Havia muita bagunça no galinheiro. O economês didático resolveu isto com o auxílio das forças da lei e da ordem: para botar ordem no mercado, baniu-se a lei da oferta e da procura e instaurou-se a lei delegada. Você não vai fazer aquela cara de abobado que fazia antes, se ouvir isso: — "Agente Econômico 007: vá autuar um membro da elite que acabou de remar-

car uma lata de caviar alagoano". Claro, Economia é um caso de polícia!

Sem o auxílio do economês didático você dificilmente entenderia: "Temos que enxugar a máquina administrativa, baixar o déficit público, acabar com as mordomias, regular o overnight, o open market, diminuir a liquidez dos ativos e dos inativos, instituir o IOF sobre as CDBs, liberar o câmbio, acabar com o black, fazer a transferência de titularidade, liquidar com a inflação". Jesus, Maomé, Exú, Jeová, que sorte a nossa! Ficou tudo óbvio e claro!

Este esforço de simplificação linguística, feito pelo economês didático, tem lá seus detratores, como aquele gordo jocoso que disse que "aplicações de curto prazo viraram depósitos de turco prazo", ou aquele outro senhor aposentado de 54 anos, portador de um joanete crônico no 1º artelho do pé esquerdo (o dedão), que depois do enxugamento da liquidez de sua CP, recitou para a menina Zélia (apud velho Ulysses Guimarães):

"De outras sei que se mostram menos frias/amando menos que amar parece/usam todas de lágrimas e preces:/tu de acerbadas risadas e ironias./De modo tal minha atenção desvias,/como perícia meu engano teces,/que, se gelado o coração tivesses,/certo, querida, mais ardor terias./Olho-te: cega ao meu olhar te fazes.../Falo-te — e com que fogo a voz levanto! —/Em vão... Finge-te de surda às minhas frases.../Surda: e nem ouves meu amargo pranto!/Cega: e nem vês a nova dor que trazes/à dor antiga que doía tantô!" (Olavo Bilac, Via Láctea XI)

Pô, que cara ingrato. Para um inativo, 20% de ativo na sua liquidez é uma tremenda bênção. Agora, é só botar seu ativo na poupança da Caixa e ver crescer, crescer, crescer. Tudo com a garantia do Governo Federal, porque a poupança é imexível. E com certeza, você daria razão para este coroa caquético se nós tivéssemos este maravilhoso e criativo economês didático, pelo qual a mulher (e os homens também) estão se comunicando conosco... em português, pá!

UNIVERSIDADE PÚBLICA

A privatização da Universidade Pública tem sido constantemente assunto nos círculos governamentais ligados à área da Educação e também objeto de numerosos artigos publicados na Imprensa. Pensando neste debate, a ADUFRGS promoveu esta Mesa-Redonda, que publicamos a seguir. O encontro foi transmitido ao vivo pela Rádio da Universidade/UFRGS, dia três de maio, e contou com a participação dos professores Maria Assunta Campilongo, do IFCH/UFRGS, representando a Comissão Editorial do Adverso; Hélió Trindade, do IFCH/UFRGS e cientista político, e Balduino Andreola, diretor da Faculdade de Educação/UFRGS. A coordenação foi do jornalista Ilgo Winck Filho, da Rádio da Universidade. Os ouvintes participaram com perguntas pelo telefone 21.5047.

ILGO - Qual o objetivo da ADUFRGS em promover esta mesa-redonda?

MARIA ASSUNTA - O debate sobre a universidade pública não é recente, eu diria que é bastante antigo e que reaparece sempre sob a designação de "crise da universidade". Para nós, que somos do movimento docente desde 1979, esta é uma questão que vem tomando, no decorrer desses 10 últimos anos, conotações diferentes. Há uma questão que está presente, a meu ver, e que é pano de fundo da questão da crise da universidade, que se refere ao financiamento da educação por parte do estado. A crise da universidade pública é a crise do estado, é a crise do financiamento da educação por par-



te do estado. Nos diferentes momentos, em diferentes governos, esta questão é constantemente recolocada: os planos para a universidade pública são sempre no sentido de torná-la privada. Acabar com a universidade pública é instituir o ensino privado, o qual desobrigaria o estado do financiamento da educação. Desde 1979, com o projeto de transformação das autarquias e fundações (formas jurídicas das atuais universidades públicas federais), durante o ministério Portela, até o polêmico Projeto GERES, todos estes planos visam, em última análise, introduzir mudanças na universidade pública no sentido de sua privatização, visam destruir este patrimônio que não é do estado, mas é da sociedade brasileira, parte da sua história, história do ensino superior no Brasil, que é a universidade pública. É com relação a esta questão, para responder a que tipo de crise que nós temos hoje na universidade, que realizamos este primeiro debate. Desde que a Associação dos Docentes da UFRGS foi fundada, em 1979, a questão do ensino público é uma questão de princípio: a defesa deste patrimônio cultural e do ensino público superior no Brasil, que é a nossa universidade pública.

HÉLGIO - Gostaria de acrescentar algo ao que foi dito pela prof. Maria Assunta. Na minha opinião, apesar da gravidade deste problema nos últimos anos, parece-me que é uma questão mais ampla do que a que se observa na situação brasileira. Existe uma crise da instituição universitária como tal. Se nós examinarmos a situação das universidades na Europa, e até mesmo de certas universidades americanas ou japonesas, vamos verificar que, atualmente, começa a se questionar a própria instituição universitária. A universidade — que é uma instituição com oito séculos de história — já sofreu várias modificações, desde o modelo medieval de origem, passando pelo renascentista, até chegar ao modelo da universidade napoleônica ou estatal, que configura no período pós-revolução francesa, e a partir daí surgem os diferentes modelos nacionais: o inglês, o alemão, o francês e o americano. Essa evolução revela

que a universidade, que atravessou todo esse processo histórico, é uma instituição que soube se adaptar e se renovar — e, por isto, está durando tanto tempo — mas nunca tanto quanto hoje ela está sofrendo as consequências e os desafios de estar inserida em sociedades extremamente complexas, com problemas de financiamento crescentes. Hoje se discute em diferentes países se a universidade continuará a ter o monopólio da formação e da reprodução das elites dirigentes e de produção e desenvolvimento da ciência, ou se essas funções deverão ser atribuídas a outras instituições. O segundo aspecto que eu acho importante — e também não é somente nosso e nem somente latino-americano — é a crise do financiamento da universidade pelo estado. Há um recente estudo que foi publicado no jornal francês *Le Monde*, em 1989, que mostra que o problema do financiamento está se colocando hoje nos países desenvolvidos da Europa. Por exemplo, na Inglaterra, políticas educacionais inspiradas no neo-liberalismo estão indo na direção do desengajamento crescente do estado no financiamento da universidade. Isto podendo evoluir, inclusive, na direção de uma certa privatização. De uma maneira geral, a partir dos anos 70 começa uma diminuição relativa do financiamento estatal. A complexidade da nova conjuntura, apesar de tudo o que foi colocado aqui sobre o caso brasileiro, sobre o qual eu falaria depois, é que a ameaça que paira sobre a universidade pública não pode ser dissociada, de um lado, da discussão que hoje se faz sobre a permanência da instituição universitária como instituição monopolizadora da criação e transmissão do saber em sociedades capitalistas avançadas e, de outro lado, o fato de que há uma tendência, até mesmo em países onde a universidade pública é sólida, como no caso da França, no sentido de diminuir a participação, a partir dos anos 80, do estado no financiamento das universidades. Esta é a situação contextual que torna a defesa da universidade pública uma problemática muito mais grave e complexa, porque ela não acontece apenas num país, mas está presente no contexto

“Há uma questão que é pano de fundo para a crise da Universidade: o financiamento da educação por parte do estado”
(Maria Assunta Campilongo)

latino-americano e também dos países desenvolvidos capitalistas em geral.

BALDUINO - Tenho diante de mim uma palestra do professor Darcy Ribeiro, o principal artífice da Universidade de Brasília, na qual fala de um novo projeto de universidade porque “a velha universidade estava em crise”. Há muito que se fala em crise da universidade no Brasil e de crise da universidade como tal, em nível de mundo, mas sobretudo da universidade europeia. Se a gente pensa, por exemplo, nas grandes revoltas estudantis em 1968, elas estão ligadas à crise da universidade. Aquelas revoltas, que tinham um sentido de revolução, que acenavam não apenas para a transformação da universidade, mas para uma transformação mais global, foram reprimidas de maneiras mais expressas ou então mais camufladas, como haviam sido reprimidos, anteriormente, os movimentos de reforma, de transformação da universidade aqui no Brasil. O prof. Hélgio Trindade foi líder estudantil naquela época e sabe melhor do que eu de toda a luta dos estudantes para a reforma universitária. Havia intenções sérias de mudança por parte de professores e estudantes. Temos histórias ilustres da luta daquela época, e sabemos muito bem qual foi o resultado. A repressão violenta contra tudo o que se estava querendo fazer para uma universidade mais fiel à caminhada de um povo que buscava a democracia e a libertação. Como a prof. Maria Assunta esclareceu, a crise da universidade está ligada, então, à crise da democracia. Uma universidade historicamente com-

prometida com a classe dominante, e que buscou, nas últimas décadas, a sua democratização interna e o seu compromisso com as classes populares, não podia ser bem vista pelos dirigentes, pelas autoridades de um estado comprometido com a classe dominante. E é nesse sentido que se tenta justificar a privatização. Em vez de se reconhecer as verdadeiras características da crise da universidade e se reconhecer as lutas sinceras, as formas de mobilização da parte dos estudantes, professores e, hoje, também do corpo técnico-administrativo para a transformação da universidade, vê-se estas mobilizações como algo de negativo e busca-se, então, resolver estes problemas através de sucessivos projetos de privatização. Isto dentro da visão exposta pelo prof. Héglio, tanto na Europa quanto no Brasil, de um neo-liberalismo. Eu me permitiria citar aqui uma frase de Emmanuel Mounier, cujo 40º aniversário de morte celebramos este ano, de que “a liberdade do liberalismo é a liberdade do mais forte”. Não precisamos de elocubrações. A realidade do povo brasileiro está aí para mostrar o que é a liberdade do mais forte. A priva-

“Como falar em privatização de uma instituição que sequer teria condições de sobreviver?”
(Maria Assunta Campilongo)

tização da universidade não viria, de jeito nenhum, resolver os problemas da universidade. Pelo contrário, viria agravá-los e colocá-la ainda mais a serviço do elitismo, da dominação, da classe mais forte, num processo de luta de classes.

MARIA ASSUNTA - Eu queria discutir uma questão citada pelo Héglio no que diz respeito ao problema dos

modismos, quando faz aquela análise sobre o desenvolvimento das universidades em países como Inglaterra, EUA e Japão. Este processo de desenvolvimento nestes países consolidou um certo tipo de instituição universitária que correu paralelo ao desenvolvimento destas sociedades. O estado desenvolveu um relacionamento destas questões sociais a partir de um determinado momento do desenvolvimento capitalista nestes países, que faz com que ele assumira certo papel social em virtude da própria acumulação que aconteceu nestes países. Então hoje, uma questão que me coloco é a seguinte: como é que o Brasil, um país que, dizem, entrará na era da modernidade, pode pensar nisso? O que seria esta “modernidade”? E quem somos nós? A situação política, econômica, cultural deste país pode colocar a questão da modernidade, quando nem sequer a institucionalização das suas instituições de ensino superior podem consolidar um conhecimento que esteja diretamente vinculado ao processo de desenvolvimento histórico e cultural destas instituições? Eu acho que esta questão é crucial. Os governantes adotam planos ou projetos que são quase um efeito demonstração de situações que não são nossas. Se você fala em modernidade, v. tem que dar condições para que esta modernidade se concretize, em termos de uma renda per capita decente, em termos de um sistema escolar decente, em termos de uma construção cultural em que as pessoas tenham participação efetiva. Acrescentaria que um componente muito importante é a democratização e o acesso a todos os benefícios dessa “modernidade” por parte da grande maioria da população, e que necessariamente não precisa estar na universidade. Nem todos os 120 milhões de brasileiros hoje deverão ser universitários, mas efetivamente tem que haver um livre acesso ao ensino em todos os níveis e uma co-participação democrática nos frutos do conhecimento gerado por toda a população brasileira para se começar a pensar que se está entrando na era moderna, e não na modernidade ou na pós-modernidade ou na sociedade pós-

industrial. Falar em modernidade hoje, num país como o Brasil, onde o estado sequer assume suas responsabilidades mínimas com relação às questões sociais, que modernidade é esta? E como falar na privatização de uma instituição que sequer teria condições de sobreviver, digamos um ano, se ela realmente chegasse a ser privatizada algum

“Falar em modernidade hoje, num país como o Brasil, onde o estado sequer assume suas responsabilidades mínimas com relação à educação, que modernidade é esta?”
(Maria Assunta Campilongo)

dia? Acho que, além da defesa desse patrimônio que, mal ou bem, se conseguiu construir neste país, a questão da modernização da universidade tem que acompanhar no mínimo a modernização de todas as instituições deste país e a ampliação dos direitos de cidadania. **HÉLGIO** - O Brasil, em termos latino-americanos, está em atraso com relação à história da universidade. Nós sabemos que a universidade na América hispânica foi introduzida praticamente no século XVII. Se isto foi uma precocidade comparada ao caso brasileiro, por outro lado, se olharmos no longo prazo, essa vantagem acabou sendo um fato de atraso de certas universidades latino-americanas comparadas com a tardia universidade brasileira. Na linha do que a Assunta falava, a nossa universidade, porque foi mais tardia na sua constituição, nascendo apenas em 1930, teve a vantagem de ter nascido mais moderna do que a universidade hispânica. Na realidade, as universidades que se disseminaram de Santo Domingo a Córdoba, inspiraram-se no modelo da Universidade de Salamanca, que era uma universidade tradicional, medieval, valorizando os estudos filosóficos, escolásticos, retórica e onde as ciências, ainda nesta época, não haviam penetrado na universidade como ocorreria mais tarde, na Alemanha, Inglaterra, etc. Todas eram, no início, universidades medievais e aos poucos elas foram evoluindo e se transformando em função da dinâmica do próprio

sistema econômico e social de cada um destes países. Se nós olharmos noutra perspectiva o processo de luta da função crítica e de reforma da universidade, vamos constatar que a universidade latino-americana em geral teve uma dinâmica muito mais atuante, muito mais consciente do seu papel crítico na sociedade, do que no caso brasileiro. E eu gostaria de explicitar essa dimensão justamente porque foi mencionada a luta do movimento estudantil nos anos 60. O principal movimento de reforma da universidade na América Latina começou em Córdoba, na década de 20, sob o governo liberal de Yrigoyen, quando os estudantes argentinos resolveram lutar e conquistaram o co-governo da universidade, isto é, a par-

“Nos anos 60, ouvíamos a acusação de que o co-governo representava a introdução da luta de classes na Universidade”.
(Hélgio Trindade)

ticipação de um terço dos alunos, professores e funcionários nos órgãos de gestão da universidade. A partir daí surgiu o modelo de uma universidade reformada, que se tornou um avanço e uma referência importante para as universidades latino-americanas, mas repercutindo de forma imediata somente no continente hispânico. Eu citaria o exemplo do Peru, cujo líder, Haya de La Torre, que depois se transformaria num grande líder populista, criou um movimento denominado APRA, a partir de uma idéia inicial de que a universidade poderia ser o pólo transformador da sociedade e que, mais tarde, tornar-se-ia o principal movimento político do Peru. Assim que, quando Vargas Llosa em recente artigo publicado pela Zero Hora refere-se à universidade latino-americana e aos seus pro-

blemas, não se aplica necessariamente ao caso brasileiro, já que a dinâmica da nossa universidade é mais lenta e somente na década de 60 é que se incorporou a bandeira do co-governo levantada na Argentina 40 anos antes. E eu me recordo que, participando desta fase como líder estudantil, quando tínhamos debates com alguns professores e diretores, ouvíamos a acusação de que o co-governo representava a introdução da luta de classes na universidade. A ironia da história é que esta reivindicação, que já fora absorvida pelas universidades latino-americanas foi, no caso brasileiro, apenas concedida parcialmente pelo governo militar no bojo da reforma de 70, como parte do processo de burocratização corporativa da universidade. Na realidade, o modelo uspiano de universidade dos anos 30, que é um compromisso entre as escolas profissionais anteriores e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se torna o embrião da universidade no sentido pleno, torna-se mais moderno que o modelo latino-americano tradicional. Esse é outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção. Embora a universidade pública brasileira esteja em processo de morte lenta por todo este descaso de que têm sido objeto por parte das instituições do Estado, colocando-a em situação precária, a universidade, apesar disso, em termos latino-americanos, é mais moderna e mais central para a sociedade. Do ponto de vista da produção científica e de pesquisa, cerca de 90% do que se faz em pesquisa fundamental não está em instituições privadas, mas nas universidades públicas. Daí sua enorme responsabilidade. Além disto, resta constatar que, apesar de toda a repressão do período militar, apesar de todas as consequências negativas de uma reforma que levou a universidade a se transformar num grande animal burocrático (e que é um dos grandes males de que ela ainda não conseguiu se livrar) parece-me que a universidade brasileira tem uma vantagem relativa porque não foi destruída, como o foi a Universidade de Buenos Aires, a da República do Uruguai e a do Chile. Como ela não foi brutalmente destruí-

da, embora tenha sofrido enormes restrições, cassações, intervenções e perda de autonomia, ela ainda conseguiu alcançar um patamar mais alto do que as universidades do cone-sul. Nesse sentido, apesar de todos os problemas da nossa universidade, eu acho que defender a universidade pública é defender a história de uma universidade com 50 anos e que apesar de todos os percalços conseguiu, em termos latino-americanos, grandes avanços. Seria um crime contra as instituições fundamentais da sociedade brasileira admitir que a nossa universidade possa correr qualquer risco de privatização. O atual governo, aliás, está sendo profundamente contraditório: tem um discurso privatizador, buscando desengajar o estado e, na prática governamental, tem demonstrado que jamais houve uma concentração maior, jamais houve ministérios fundidos e transformados em grandes leviatãs estatais e, o que é mais grave, até o momento, nenhuma definição clara foi dada a respeito da política educacional voltada para a universidade e de preservação e de apoio à universidade pública.

BALDUINO - Nós teríamos condições, de um certo modo privilegiadas, de transformação da universidade, pois, se por um lado estamos menos ligados aos valores da tradição, estamos também menos presos ao peso desta tradição. Se nós pensamos na grande mobilização da qual falei antes, ela aconteceu no início da década de 60, enquanto as mobilizações na Europa aconteceram em 1968. Mas queria me referir a uma data

“A Universidade Pública brasileira, em termos latino-americanos, é mais moderna e mais central para a sociedade”.
(Hélgio Trindade)

anterior. Citei há pouco Emmanuel Mounier, de cuja obra sou um estudioso. Ele fundou, junto com um grupo significativo de intelectuais e artistas europeus, sobretudo parisienses, em 1932, a revista *Esprit*. Mas antes da fundação da revista e da criação de um movimento, que foi o movimento personalista, em 1927, Mounier tinha ido de Grenoble para Paris, como o melhor aluno do filósofo Jacques Chevalier, apresentado por ele para fazer doutorado na Sorbonne. Ele estava estudando, estava com projeto de pesquisa definido, e começou a procurar os professores recomendados, mas foi se dissuadindo rapidamente. Um a um, os professores foram para ele uma decepção. Segundo a expressão do filósofo Paulo Ricoeur, Mounier abandonou a universidade, rejeitando aquela universidade bolorenta que descobriu na Sorbonne, para fazer um filosofia extramuros. Quer dizer, a crise da universidade vem de longe, desta universidade dissociada da História e dissociada da realidade. Pela nossa história e pelos nossos desafios, de um certo modo fomos levados bem antes que na Europa a buscar a mudança. Temos uma história de lutas para a transformação da universidade e para a criação de uma universidade comprometida com o processo político e social. A Assunta falou que os governantes, os poderes públicos têm, de certo modo, um projeto paralelo. Eu diria que têm um projeto dissociado e contrário aos interesses das classes populares, aos interesses do povo e aos interesses da democracia. Neste sentido, eu diria que o questionamento da universidade é feito, com muita seriedade e muita competência, pelos sujeitos mais envolvidos, pelos professores, os funcionários e os estudantes. Se na década de 60 o corpo técnico-administrativo não estava ainda muito envolvido politicamente, hoje em dia ele está. É a luta das três categorias. Neste sentido, acho que o posicionamento de algumas pessoas, que escrevem artigos na imprensa contra a universidade, é, de certo modo, um questionamento a partir de fora, de pessoas

Raquel Ritter Longhi



Da esq. para a dir.: Prof.^a Maria Assunta Campilongo, Prof. Balduino Andreola, Prof. Héglio Trindade e Jorn. Hilgo Winck Filho.

“Cerca de 90% do que se faz em pesquisa fundamental não está em instituições privadas, mas nas Universidades Públicas”. (Héglio Trindade)

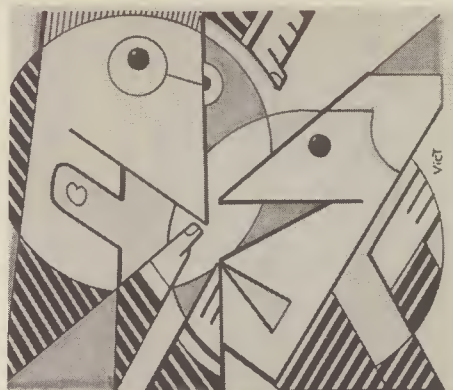
que se colocam como juízes de fora e acima da universidade, enquanto que o questionamento mais sério, mais comprometido, está sendo feito de dentro, pelos agentes comprometidos com a universidade. Está sendo feito também por muitas instituições, grupos e movimentos que não estão dentro da universidade, mas que estão interessados na democratização da universidade, do ensino, do conhecimento. Quando a prof. Assunta falou que nem todos poderão entrar na Universidade e fazer cursos universitários, eu entendi a colocação neste sentido: a democratização do ensino, da universidade, não quer dizer que nós esperamos que a maioria da população brasileira esteja na universidade; isto não é possível. Mas a universidade tem que estar inserida na sociedade, nas

mobilizações do povo, comprometida com os interesses do povo, através da pesquisa, do ensino e da extensão. Não gosto do termo extensão. Até que se descubra outro mais feliz, entendo por extensão a presença viva da universidade através de seus professores, de seus pesquisadores, de seus alunos e de seus funcionários na sociedade, lutando com o povo na busca de um conhecimento mais fiel à realidade brasileira, e mais fiel à caminhada deste povo na busca da democracia. A conferência que eu citei antes, do prof. Darcy Ribeiro, diz que pela primeira vez no Brasil estava se procurando superar aquilo que era uma universidade de mentira, para construir uma universidade que ele assim caracteriza: “O Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber, e que o cultive, não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada neste saber pensar o Brasil como o problema”. Já ouvi críticas como a de que a presença da universidade na comunidade seria assistencialismo, e que não cabe à universidade ser uma instituição assistencialista. Os que querem uma universidade inserida não querem assistencialismo, mas uma universidade que esteja a serviço da construção de um novo saber. Querem que esta construção do conhecimento, esta cons-

trução do saber, da ciência, da filosofia, seja para o Brasil se repensar e se reconstruir em novas dimensões.

HILGO - O ouvinte Flávio Moreira, a pesar de concordar com a universidade enquanto uma instituição pública, entende que só têm acesso a esta universidade as pessoas com maior poder aquisitivo. Como os professores veem esta questão?

ASSUNTA - Acho que ela está inserida em toda esta discussão. Quando coloquei que nem todos os 120 milhões de brasileiros deverão estar na universidade, não quis dizer que os que têm melhores condições econômicas é que devem ascender. Efetivamente, é assim, não dá para "tapar o sol com a peneira", se nós falamos que há uma situação de classe neste país, e esta situação de classe é justamente a eleição daqueles indivíduos que estão econômica e culturalmente no nível A, B e tal. Mas além da configuração da injustiça, esta questão está ligada a outra, que no meu entender, é crucial. A gente fala em crise do estado, crise do ensino. Acho que a chamada crise do estado está justamente na crise da democracia. Quando não se tem um processo em que as instituições consolidem relações democráticas, nem a nível de estado, de secretarias, de ministérios, de Congresso, nós temos um certo tipo de padrão nas relações sociais e políticas, em que elas são excludentes justamente porque têm relações econômicas que são extremamente seletivas e excludentes. Então, esta questão da crise do estado, da crise da universidade, está relacionada a uma situação de injustiça social. O estado não dá o que tem que dar, não assegura sequer o emprego, quando ele controla toda a política salarial neste país. Se é o estado que controla o salário, como é que ele não garante o emprego? O pano de fundo é uma situação de injustiça, e a crise do estado é a crise da democracia, é a impossibilidade que este país tem de consolidar organizações participativas e realmente democráticas que assegurem a representação de setores e camadas sociais nas diferentes instâncias de poder e de distribuição de poder e de bens nessa so-



cidade. Então, para mim a questão da crise está por aí, e vai refletir-se também na crise da universidade, que se torna cada vez mais fechada, cada vez mais seletiva, cada vez mais excludente e cada vez mais seguindo modelos que não tomam em consideração estas situações, ao contrário, aprofundam-nas. No decorrer destes 50 anos, como fala o Héglio, que se consolidou a universidade pública neste país, no mínimo nós tivemos quatro ou cinco modelos implantados através das diferentes reformas universitárias e tal. Cada reforma nem chegou a consolidar a anterior e colocou situações muito mais excludentes do que as anteriores. Se a gente pensar na universidade da década de 60, que estava se consolidando, existia um certo pensamento democrático ou pelo menos a efervescência desta sociedade era muito grande e imediatamente se tem um golpe militar que vai levar, como consequência de um modelo econômico implantado, a uma reforma na própria universidade. Se este modelo é excludente e concentrador, a universidade não está fora de toda esta situação. Então, a situação que nós vivemos, hoje, é que cada vez mais as várias instâncias de poder e de distribuição de bens e de riqueza neste país se tornam mais injustas e excludentes a nível da grande população. Quando digo que a população deve participar dos benefícios do saber, do que se produz, a universidade tem projetos extremamente interessantes na área de ciência, tecnologia e tal, e por que estes projetos, quando são formulados, não levam em conta as condições da população?

Será que um projeto de uma fábrica totalmente computadorizada, ele é hoje necessário na situação econômica e com desemprego num país como o nosso? São questões que a própria produção de saber tem que colocar, porque não existe uma ciência neutra. Existe uma ciência que está atendendo a interesses. Então, que interesses são estes? Que saber é esse? A quem ele está privilegiando e a quem está excluindo? Eu colocaria a resposta dentro desta perspectiva.

HELGIO - Esta é uma questão extremamente complicada. Em primeiro lugar, porque nós sabemos que na década de 60, menos de 1% da população tinha acesso à universidade. Em alguns países desenvolvidos, como por exemplo a França, atualmente 80% da população termina a formação de 2º grau, e como não há um processo seletivo através de vestibular tem, automaticamente, acesso à universidade. Então, a Universidade atinge níveis de acesso bastante altos, embora em algumas áreas mais competitivas existam formas dissimula-

“... defender uma Universidade com 50 anos que, apesar de todos os percalços, em termos latino-americanos, conseguiu grandes avanços”. (Héglio Trindade)

das de seleção que procuram estabelecer algum crivo no acesso indiscriminado. Em países como os EUA, o acesso também é muito amplo, dada a rede imensa de 3.000 estabelecimentos de ensino superior públicos e privados lá existentes. Há muito mito sobre os EUA, porque algumas universidades privadas de grande porte, sobretudo no leste e oeste do país deram grande prestígio à instituição universitária, mas se sabe perfeitamente que há centenas de instituições de qualidade medíocre, e que fazem parte desse sistema que

“O questionamento da Universidade é feito, com muita seriedade e competência, pelos sujeitos mais envolvidos: os professores, os funcionários e os alunos”.
(Balduino Andreola)

oferece um acesso muito amplo à população. O que está acontecendo no Brasil é que houve uma expansão significativa do acesso, e que é ridiculamente pequena, se comparada com a situação européia e americana. A perversidade do caso brasileiro, porém, é que a expansão se deu na rede privada, e não na rede pública. Então, justamente aqueles setores de nível de renda mais baixos e que buscam na universidade formas de mobilidade social através da educação, entram majoritariamente no ensino privado pago e a universidade pública dá acesso preponderante às pessoas ligadas às classes médias e às classes altas. No entanto, essa perversidade não está ligada à dicotomia escola pública e privada. Na França, por exemplo, onde existe um ensino universitário público consolidado e também os famosos liceus, todos eles públicos no nível secundário, constata-se que, mesmo na escola pública, existe entre elas diferenças ligadas ao tipo de recrutamento que ela faz, dependendo da sua localização espacial. Por exemplo, os liceus que ficam situados em zonas de classe alta e de classe média são, embora públicos, enormemente elitistas e com qualidade de ensino muito melhor do que o mesmo liceu público situado no subúrbio da periferia de uma grande cidade, como Paris Grenoble, etc. Então, apesar de estarmos diante de um sistema todo ele público, faz com que a herança cultural que as pessoas trazem do seu meio social em certos liceus públicos tornem-se mais elitistas na composição dos alunos e do próprio corpo docente do que os

liceus ligados a setores de classe baixa ou operária. Isto foi estudado pelo sociólogo Bourdieu, que mostrou o quanto a herança social e cultural estabelece, mesmo no interior de uma rede pública, diferenças muito significativas. No Brasil, nós temos o corte social, em grande parte, polarizado pela escola pública e privada. E isto explica porque a universidade pública ainda é bastante elitista. Outra questão a considerar é que hoje, no Brasil, numa sociedade dual, onde existe, de um lado, um setor moderno e até pós-moderno, situado nos grandes centros das regiões mais ricas do país — e de outro lado, toda uma massa que está segregada economicamente e socialmente periférica ao desenvolvimento capitalista mais dinâmico — e isto foi dito por José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo e hoje secretário da Ciência e Tecnologia, a universidade pública tem um duplo desafio: responder às necessidades ao mesmo tempo de pesquisa científica avançada e formação de quadros competentes para o Brasil 1 e profissionais competentes e de diagnósticos e soluções para os problemas sociais do Brasil 2. Só uma universidade que responda pelas questões sociais do Brasil 2 e pelas questões econômicas do Brasil 1, é que realmente, num país como o nosso, com esse dualismo social e econômico, vai conseguir responder à vocação que deve ter uma universidade num país subdesenvolvido. Daí as múltiplas funções de uma universidade pública moderna: ser capaz de um ensino diversificado, associado à pesquisa e adequado ao desenvolvimento econômico e social do país: ser aberta a todas classes sociais e onde a produção científica e cultural contribua para o desenvolvimento científico e tecnológico e ao diagnóstico dos problemas nacionais. Embora a universidade moderna deva oferecer ao mesmo tempo cultura geral e formação profissional, precisa cultivar a diversidade, ser aberta ao mundo exterior, dando à pesquisa e à criatividade e à qualidade um lugar fundamental. Finalmente, deve ser uma instituição capaz de contribuir para a formação da pessoa e do cidadão. A universidade deve ser capaz de formar pessoas que te-

nham a capacidade de pensar criticamente e sociedade, inclusive para transformá-la e para adaptá-la às necessidades de um país com a complexidade e com as contradições do Brasil

HILGO - A ouvinte Paula Soares dos Santos pergunta se a universidade, enquanto instituição pública, não deveria ter um trabalho maior de extensão junto à comunidade?

BALDUINO - A pergunta se relaciona com a anterior, mas eu me permito associá-la a um acontecimento ocorrido durante a última greve da UFRGS, em 1989, quando propus ao comando de greve que se organizasse um painel com representantes da universidade e dos

“Nos EUA, algumas universidades privadas deram grande prestígio à instituição, mas se sabe que há centenas de instituições de qualidade medíocre que fazem parte deste sistema.
(Hélgio Trindade)

movimentos populares, como os Sem-Terra, os Sem-Teto, os Movimentos Negros, o Movimento de Mulheres, etc. Lembro que na reunião preparatória ao painel, um dos representantes do movimento negro perguntou por que eles estavam ali. Explicamos que era para preparar o encontro. Ele reforçou então sua preocupação, com outra pergunta: “E o que é que vai acontecer depois do Painel? Vamos voltar para a vila, para os nossos problemas e a universidade continuará no seu próprio ritmo”. Eu diria que a universidade tem que estar inserida, tem que estar dialogando com o povo. O painel foi realizado infelizmente com participação ínfima de professores, funcionários e alunos. Não alcançamos ainda, quem sabe, suficiente sensibilidade para discutirmos com o povo. O representante dos movimentos negros, um líder comunitá-

rio de Gravataí, fez uma análise do que as várias unidades da Universidade poderiam fazer em prol da comunidade e do que não estão realizando. Na sua visão de porta-voz de uma classe oprimida e de uma raça oprimida, questionou a universidade. Há muitos professores, funcionários e estudantes que estão fazendo este questionamento e estão aceitando. Eu acho, pois, que a universidade tem que estar muito mais presente na comunidade através de pesquisa, através de extensão, ao lado dos movimentos populares, discutindo, repensando a realidade brasileira, sobretudo a realidade dos grupos oprimidos. A Assunta falou que não existe ciência neutra, e ela não existe. A história do Brasil até hoje foi escrita a partir da ótica do opressor, aquela história de lorotas que nos foi impingida e que nós decoramos nos bancos escolares. Existem excelentes experiências hoje, como por exemplo a de José Chiavenatto, reescrevendo a história da guerra do Paraguai, que não foi uma história gloriosa nem para o Brasil, nem para a Argentina, nem para o Uruguai. Nós estivemos a serviço do imperialismo da Inglaterra para esmagar aquele país que

teria chegado, talvez, ao maior nível de desenvolvimento na América Latina. Trata-se de reescrever a história a partir da ótica do dominado, do índio, do negro, das populações oprimidas. Urge reescrever a ciência em todos os sentidos. Ótimo que haja desenvolvimento científico, que se evolua, mas quando se fala de determinados setores da ciência, parece que são os únicos — e se deixa de lado outros — inclusive nos recursos públicos. Por que não se questiona se é uma ciência a serviço da vida? De que servem as pesquisas nucleares, as pesquisas no campo da química e em outros setores, se elas não estiverem a ser-

“A perversidade do caso brasileiro, é que a expansão se deu na rede privada, e não na rede pública...
(Hélgio Trindade)

viço do homem, da pessoa humana, a serviço da vida, da democracia? Se continuar a serviço da guerra, dos conflitos, da destruição do meio ambiente, esta ciência não é neutra, é politicamente comprometida com a desagregação e com a morte. A universidade tem que estar presente, pois, construindo com o povo uma nova ciência e uma nova democracia.

HILGO - Pedimos aos participantes, suas considerações finais.

ASSUNTA - Gostaria de agradecer a participação neste programa, que eu considero reiniciando dez anos de discussão em torno da universidade pública. Considero que, na conjuntura atual, este é o momento mais crítico que a universidade está atravessando, e recordo uma frase que o Hélgio colocou, quando fazia uma análise do novo governo, de que, além de muitas coisas não terem ainda sido definidas, e as que foram atingiram a sociedade de uma forma muito traumática, a definição de uma política de educação por parte deste governo ainda não ocorreu. Estamos ainda no escuro, e como a experiência mostra que, quando não são colocadas as coisas às claras, normalmente a gente tem surpresas desagradáveis, acho que o reinício deste debate foi extremamente importante neste momento, e espero que se organizem outros com este mesmo tema. Nós estamos empenhados, como participantes deste movimento há muitos anos, na questão da universidade pública, com toda a discussão, com toda a questão da crise em cima, posições valorativas muitas vezes extremamente negativas da sua existência, eu acho que a universidade pública é, volto a repetir, um patrimônio, um dos poucos patrimônios que este país ainda possui. Mal ou bem, a sociedade brasileira contribuiu para a sua formação. Com todos os seus defeitos, com todos os seus não-atendimentos, até diria assim, tendo que repensá-la para torná-la mais democrática e participativa, sua transformação implica em se voltar efetivamente no sentido da extensão para a sociedade como um todo. E aqui eu acho que a extensão tem

Raquel Ritter Longhi



Da esq. para a dir.: Prof. Hélgio Trindade, Jorn. Hilgo Winck Filho e Prof. Balduino Andreola

que ser repensada: que tipo de extensão é realizada, essa relação da universidade com a comunidade, esta comunidade seguidamente falada, mas nunca respeitada nos seus direitos de cidadania. E seja a comunidade como um todo como a própria comunidade universitária, diga-se. São estas questões da democracia, da função do Estado, da consolidação das instituições e organizações verdadeiramente democráticas e participativas, que vão levar a toda esta reformulação e a toda essa avaliação da universidade. E a universidade vai cumprir este papel, na medida em que a sociedade vai se transformando, se organizando, lutando e adquirindo seus direitos de cidadão. A sociedade tem que transformar seus membros em cidadãos, se quiser ter uma instituição a sua altura.

HÉLGIO - Gostaria de manifestar também minha satisfação em participar deste debate, e espero que com essa discussão nós consigamos introduzir um mínimo de mobilização em meio a este grande marasmo que caracteriza a universidade atual. O que me chama a atenção é que, até o momento, as autoridades da universidade, que deveriam ter um papel de defesa da universidade pública, esse patrimônio que eles têm a função de administrar e preservar, estão absolutamente silenciosas. Isto preocupa, na medida em que nós estamos vendo, particularmente aqui no nosso meio, um ataque bastante reiterado da imprensa contra traços fundamentais da universidade pública. Estou convencido que a defesa da universi-

“... um dos presentes perguntou por que eles estavam ali, e o que ia acontecer depois do Painei (...) Iriam todos voltar para a vila, e a Universidade continuaria no seu próprio ritmo”. (Balduino Andreola)

dade pública ultrapassa os cortes políticos e ideológicos que possam haver entre membros da comunidade universitária. Considerando que se trata da defesa de um princípio fundamental, ou seja, a universidade pública, sua construção e sua defesa, tenho certeza que diferentes líderes que existem no interior da nossa comunidade universitária, professores, funcionários e alunos, se uniriam na medida em que a universidade pública estivesse ameaçada na atual conjuntura brasileira e no contexto desse novo governo, com risco de uma eventual privatização da universidade.

Por outro lado, nós temos que reconhecer que a universidade pública precisa também responder aos seus próprios desafios internos. Eu sempre gosto de mencionar uma frase de um reitor francês de que a universidade é uma espécie de dinossauro pousado num aeroporto. Quer dizer, esse lado tradicional, pesado, burocrático, combinado com essa modernidade de setores da universidade cria esta contradição, e nós temos que ter a capacidade de transformar as nossas universidades públicas brasileiras compatibilizando melhor o tradicional e o moderno de tal forma que a universidade se torne uma instituição não apenas crítica e reflexiva, mas criativa nos setores de ponta da economia e voltada para os grandes problemas sociais do Brasil. É por isso que eu acho que, ao lado disso, a nossa universidade pública também tem que fazer sua auto-crítica e romper com a tradição de ser uma instituição fechada. Quanto mais a uni-

versidade se preservar (muitas vezes, a relação professor-aluno é muito baixa na universidade) de uma pressão que vem do lado da demanda ao acesso a universidade, ela acentua sua tendência elitista, que deve ser rompida. Acho que a universidade pública, exatamente por ser pública, deve ser aberta o mais possível, num contexto de um sistema capitalista, a todas as classes sociais. Mas, por outro lado, sabemos que a universidade que produz ciência e tecnologia, deve produzir esta ciência e tecnologia também para uma sociedade democrática, uma sociedade onde os problemas que a desafiam no campo econômico e no campo social devem também ser discutidos de forma sistemática, se nós realmente queremos criar uma sociedade democrática. Finalmente, eu gostaria de dizer, e isto é uma

“O que chama a atenção, até o momento, é que as autoridades desta Universidade estão absolutamente silenciosas. (...) Esse silêncio, no mínimo, me parece suspeito”. (Hélgio Trindade)

“A Universidade Pública é um patrimônio, um dos poucos patrimônios que este país ainda possui”. (Maria Assunta Campilongo)

visão de alguém que vem da área de ciência política, que eu não acredito numa universidade democrática e ao mesmo tempo competente e ao mesmo tempo voltada para a sua sociedade, se nós não conseguirmos que essa sociedade se torne também democrática. A universidade, como qualquer instituição, é também o reflexo da situação dentro da qual vive a sociedade. A perspectiva atual não é das mais encorajadoras no contexto de uma sociedade autoritária, elitista e impregnada por um liberalismo conservador desde o império até os dias de hoje, e sobretudo nesta conjuntura em que estamos vivendo

uma espécie de autoritarismo civil revitalizado. Pessoalmente, eu gostaria de deixar essa mensagem aos meus colegas da comunidade universitária em todos os seus segmentos, para que considerem realmente que a defesa da universidade pública deve ser algo fundamental nesse momento, porque na situação de debilidade em que se encontra a universidade, quando menos esperarmos, poderemos acordar com uma Medida Provisória que nos coloca entre as instituições privatizáveis. Neste contexto, considero que somente uma mobilização que realmente conscientize os professores e os membros da comunidade universitária em todos os seus segmentos, é que poderá prevenir e fazer com que este tiro certo que nos poderá chegar pelas costas, de repente, possa ser evitado, e nós possamos, melhorando a uni-

“Tenho certeza que os líderes que existem no interior da Universidade se uniriam, na medida em que a Universidade Pública estivesse ameaçada, para fazer a sua defesa”.

(Hélgio Trindade)

versidade pública, preservá-la e adaptá-la aos grandes desafios da sociedade brasileira na década de 90.

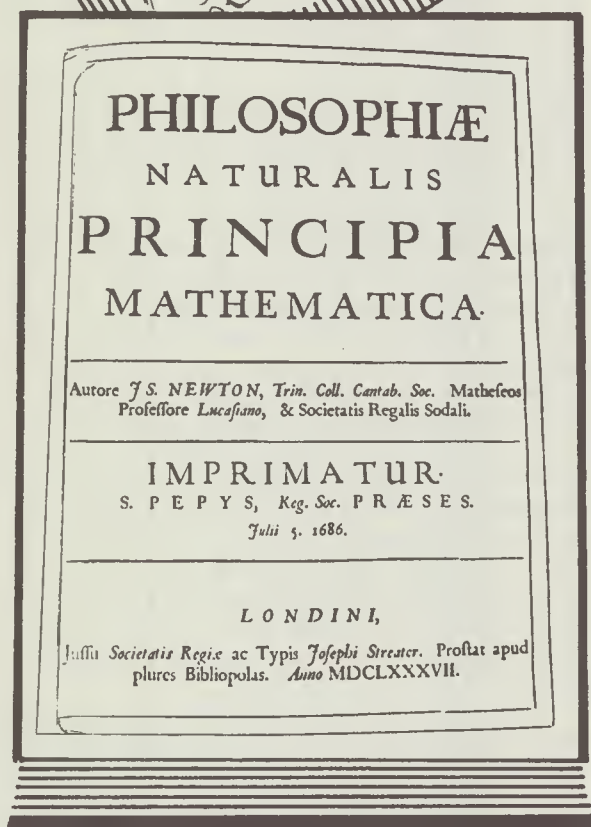
BALDUINO - Também quero expressar minha satisfação de participar deste debate. Estou consciente que ele significou não uma defesa corporativista da universidade, mas sim que nós estamos comprometidos com uma luta muito séria por uma universidade democrática, a serviço da democracia, a serviço do povo. Eu concluiria com três acenos. O primeiro, à escola pública. Hoje é dia de paralização dos professores do Estado, liderados pelo CPERGS. A defesa da universidade está inserida num contexto maior, de defesa do ensino, da educação democrática em todos os níveis, e nós, dis-

cutindo a universidade pública, nos sentimos solidários com a luta dos professores de 1º e 2º graus do ensino público no estado. O segundo aceno relacionando-se com o problema da privatização e, portanto, dos recursos. Esta discussão não está relacionada apenas à política do governo, mas é uma discussão interna. Na última reunião do Conselho Universitário houve muita polêmica a respeito do parecer da Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial, relativo à discussão e votação do orçamento da Universidade Federal. O item polêmico foi o número oito, que dizia: “Assim, entendemos importante alertar para a pequena participação de outras fontes de recursos, que não as do Tesouro, no Orçamento da Universidade, que no presente exercício não representa mais do que 7%”. A Comissão recomendava, então, que se buscassem outras fontes, através de convênios junto às instituições financiadoras de projetos de pesquisa (o que é ótimo), bem como a iniciativa privada. Mas isto é muito ambíguo dentro do contexto de uma política toda voltada para a privatização. Eu pessoalmente questioneei a desigualdade dentro da universidade, porque há faculdades, há institutos, que podem inclusive carrear recursos a partir da iniciativa privada, como Engenharia, Economia, as áreas técnicas. Entretanto a Educação, a área de Ciências Humanas, em geral, é diferente. Nós vamos oferecer Educação, Filosofia, Ciência Política, a quais institui-

ções privadas que possam trazer recursos para a manutenção da universidade? Saliento, pois, duas ambiguidades: em primeiro lugar, esta desigualdade; em segundo lugar, o que foi questionado no CONSUN: se a sugestão não estaria a serviço, muito perigosamente, desta política de privatização. Finalmente, o terceiro aceno diz respeito à discussão interna da universidade. Os dois colegas enfatizaram muito bem o problema da democratização, não apenas externa (acesso do povo, etc), mas também interna, que está sendo uma luta muito dolorosa na nossa universidade. Os problemas recentes e dos dois últimos anos o dizem. Refiro-me à designação do Reitor, à Reforma Universitária, cuja discussão foi restringida quase exclusivamente ao âmbito do CONSUN, a eleição do candidato, e recentemente, a substituição do Reitor. Eu disse ontem (02/5) pessoalmente ao prof. Dick: “Eu não fiz terrorismo ao Prof. Gerhard; também não o farei ao senhor”. Mas questioneei, alto e bom som, todas as situações elencadas, como questionearei sempre. Sinto-me, por isso, à vontade para questionar também aqui. Acho que são horas de aceitarmos o debate franco, aberto, democrático e de buscarmos a superação de estruturas autoritárias e esclerosadas, denunciadas por duas imagens veementes trazidas pelo prof. Hélgio: “dinossauro” e “grande animal burocrático”. Acho que são horas de a universidade ser muito mais democrática, e é nessa luta que estamos engajados, inclusive neste debate. Faço votos que o mesmo seja ampliado, na Rádio da Universidade, na Universidade e em todas as instâncias da sociedade. Através do debate, da discussão franca, é que encontraremos os caminhos da democracia.



Newton em Português



O escritor irlandês George Bernard Shaw coloca o físico Isaac Newton entre os oito homens que nos últimos 2.500 anos “criaram universos e apresentaram os mais elevados cumes da síntese intelectual e dos descobrimentos”. Os outros sete, para o escritor, seriam Pitágoras, Aristóteles, Kepler, Ptolomeu, Copérnico, Galileu e Einstein.

Isaac Newton, um dos maiores físicos de todos os tempos, fez suas descobertas fundamentais em 1666. Tinha então 24 anos. Vinte anos depois, em 1686, era publicada em latim, aquela que seria sua obra fundamental: o *Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica* **Princípios Matemáticos de Filosofia Natural**, ou simplesmente, **Principia**. O *Principia*

apresenta as Leis do Movimento, a Mecânica Racional e a Lei da Gravitação Universal com todo o processo de dedução e verificação. Em latim, ainda seriam publicadas duas reedições, em 1713 e 1725, que tiveram revisão do próprio Newton. Da terceira, a mais definitiva, originou-se a tradução para o inglês, publicada pela primeira vez em 1729, dois anos após a morte do autor.

A curiosidade histórica em torno do *Principia* e a inexistência de tradução da obra em português, levaram os professores Trieste Ricci e Leonardo Gregory Brunet, do Instituto de Física da UFRGS, em colaboração com as professoras Sônia Terezinha Gehring e Maria Helena Curcio Célia, do Departamento de Inglês do Instituto de Letras, a realizarem a tradução da edição inglesa para a Editora Nova Stella, em associação com a Editora da USP — Universidade de São Paulo.

A primeira edição brasileira, apresentando o primeiro volume da obra de Newton (são três volumes ao todo), foi lançada em março último, com três mil exemplares, e tem tido muita procura, segundo informou o editor José Luiz Goldfarb ao professor Ricci.

Considerado o mais importante livro científico da história ocidental, o *Principia* suscita um profundo interesse histórico e filosófico. “Acho que Newton escreveu o livro como um britânico, como um racionalista” — observa o professor Leonardo Brunet, para lembrar que o cientista, no *Principia*, limita-se a usar os conceitos que define no início da obra. “Ele tem sempre presente, quando está resolvendo um

problema, as leis do movimento”. Ir além dos princípios científicos, para Newton, seria entrar em outro campo: o da Metafísica. Mesmo tendo sido alquimista durante toda a vida, deixa isto para os outros estudiosos, não sem antes definir as bases do método científico, como o faz no terceiro volume de sua obra, que está sendo traduzido, junto com o segundo volume, pelos professores Leonardo Brunet e José Antônio Trindade Borges da Costa, este último, físico da Universidade Federal de Santa Maria. Este volume terá revisão final do professor Trieste Ricci, devendo compor a segunda metade do trabalho dos físicos tradutores. Tido como o último dos mágicos, como observa Brunet, Newton delimita com precisão, em sua obra, um método racional para a filosofia natural. “Ele estabelece o método, conseguindo cercar precisamente os limites para onde aquela forma de pensar vai conduzi-lo”.

A tradução do *Principia*, feita a partir da edição inglesa de 1932, obedeceu a um trabalho sistemático dos professores. Inicialmente, uma versão “bruta”, feita em conjunto com as professoras de inglês. Depois, a primeira revisão, feita pelos físicos e levada novamente para correção do inglês. Finalmente, antes de ir para a editora, mais uma revisão, feita em conjunto. O trabalho de tradução durou três anos, e contou com alguns problemas, inclusive o falecimento da professora Maria Helena Curcio Célia. Traduzir do inglês e não do latim foi, para os professores, unicamente em função de uma realidade, segundo Ricci, para quem “seria uma pre-

VIT NUNER

Lígia Averbuck

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS*

Retirou o livro de Kafka e lá estava a frase para iniciar o libelo da ADUFRGS pela anistia, pois não precisou procurar muito; sua cultura dava marcas por onde sua sensibilidade escolhia. Caminhava seu olhar por aquele grupo de jovens professores que arriscavam suas frágeis cátedras para protestar contra a exclusão; percorria as casas dos professores expurgados para ver mãos ansiosas retirarem velhos papéis e ouvir vozes tristes daqueles que um dia foram traídos. Reencantava-se com o gesto prometéico que cinco mãos anônimas teimavam em lançar na hora tardia de um regime militar, cem páginas que não encontraram acolhida nos muros da academia para serem recebidas na Assembléia Legislativa: Lígia nos distribuía, com seu sorriso ladino, a forma possível de, mesmo com o medo, dar voz aos professores calados pela opressão.

Participou da temerária primeira greve, dos acontecimentos que se sucederam após uma inesperada Assembléia na Arquitetura dizer que parávamos porque nossos salários eram insignificantes e nossas perspectivas, piores. Em cada boletim que ajudava a escrever, percebia-se a poesia dos séculos incorporar-se na raiva e na alegria do protesto; em cada frase, quantos escritores reanimavam-se para discorrer sobre a alma que queria dar a uma Universidade, tão esvaziada de seu sentido utópico.

Depois, necessitava do mundo. Foi-se a percorrê-lo, buscando novos poemas e sons: nas livrarias parisienses, o desconhecido a incitava, lançando outros patamares à sua escrita; nas ruas londrinas, o mistério a excitava, revivendo cenas que tanto tinha lido e vários mundos ainda pôde conhecer, procurando sempre um significado profundo para sua revolta e sua arte.

Sua mão delgada escrevia em folhas de seda frases que hoje ainda são necessárias: "O Poder nunca conseguiu absorver completamente as aspirações dos estudantes e do corpo docente da Universidade, e não tem impedido o ressurgimento periódico e com força crescente de uma consciência crítica e inconformada com a situação vigente na Universidade e na sociedade brasileira". Lígia pensava assim as lutas da Universidade de amanhã.

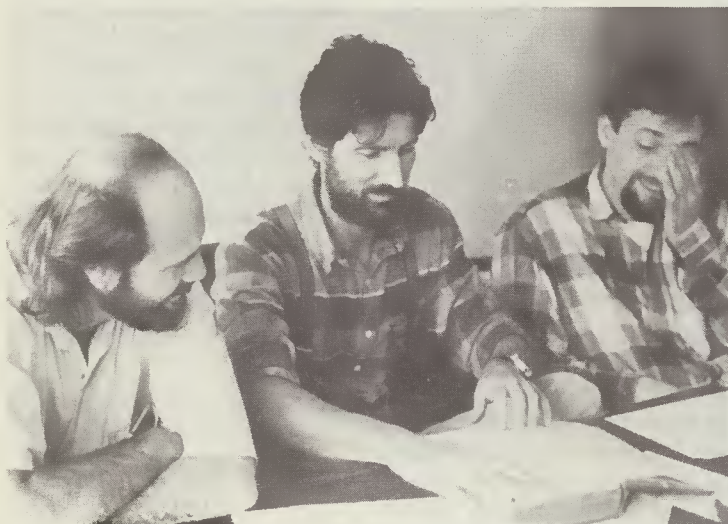
*Professor do IFCH/UFRGS.

tensão, pois ninguém mais sabe latim hoje, e deveríamos ter na equipe pelo menos um latinista". Mas também — e principalmente — Porque os professores da UFRGS encontraram na publicação inglesa uma edição confiável, a partir da tradução feita por Andrew Motte — um contemporâneo de Newton, e portanto, imerso no contexto cultural daquela época — que pouco foi modificada ao longo do tempo (a notação foi modificada, e alguns termos, arcaicos, substituídos).

Ao traduzir uma obra feita no século XVII, e que sofreu poucas alterações ao longo do tempo, os professores encontraram algumas questões problemáticas, tais como a linguagem antiga, que certamente encontraria diferenças na escrita moderna. "Queríamos dar um sabor antigo à tradução — explica Ricci. Optamos por não atualizar a linguagem, a não ser onde ficasse comprometida a compreensão do fato". Não seria questão de modernizar a linguagem, pois, "se o autor escrevia desta forma, era assim que ele pensava, e é importante para o historiador ver como as idéias e a forma como são expressas se desenvolveram". Para o professor Borges da Costa, "há um compromisso entre não adulterar a forma de se expressar do escritor e não

deixá-la numa linguagem obscura para o leitor contemporâneo. Então, sempre se fica entre estes dois fogos: optar pela clareza ou pela fidelidade".

Tendo tanto contato com a obra de Newton, uma conclusão é fundamental para os professores, como observa finalmente Borges da Costa: "De uma certa forma, a gente se sente um pouco aparentado com o Newton, um pouco filho dele quando o lê. Aqueles que estão interessados na história, e em estudar como evoluem as formas de pensamento em qualquer área, ficam impressionados ao ver como até hoje a gente segue regras, escreve artigos, se comporta da maneira como Newton ensinou que a gente se comportasse há 300 anos atrás. E é isso o que chama mais a atenção e o que dá mais prazer em ler o livro, esta identificação com o autor neste sentido".



Da esq. para a dir. Trieste Ricci, Leonardo Gregory Brunet e José Antônio Trindade Borges da Costa. (Foto: Raquel R. Longhi)

OS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS E A ESTABILIDADE



DR. ROGÉRIO VIOLA COELHO*

1. A disposição manifestada pelo atual governo federal de promover demissões em massa de servidores públicos, assumida com particular solicitude pelo Sr. Ministro da Educação repõe, para o Movimento Docente, a discussão sobre a garantia no emprego.

A GARANTIA INSTITUÍDA PELO PLANO ÚNICO

2.1. Os docentes das universidades públicas foram protegidos contra as despedidas imotivadas com a edição do PLANO ÚNICO, instituído pela Lei da Isonomia e regulamentado pelo Decreto n.º 94.664/87, que dispôs sobre a matéria da seguinte forma:

“Art. 50. A dispensa dos servidores será a pedido ou com justa causa, nos termos das normas legais e regulamentos pertinentes.

§ 1.º Quanto aos docentes integrantes das carreiras do Magistério, observado o disposto neste artigo, a dispensa somente poderá ocorrer se aprovada pela maioria dos docentes em efetivo exercício no respectivo departamento ou unidade de ensino, preservados os direitos de defesa e recursos.”

Dispondo que a dispensa ocorrerá a pedido ou por justa causa, a norma regulamentar exclui a possibilidade de demissões sem justa causa. Os fatos que constituem justa causa para a despedida são os elencados no artigo 482 da CLT, ou outros fatos típicos definidos previamente na normatividade interna das Instituições Federais de Ensino.

O § 1.º disciplina as demissões por justa causa, estabelecendo duas formalidades essenciais à sua validade, a saber:

***Advogado, Assessor Jurídico da
ADUFRGS.**

a - realização de processo administrativo, assegurando ao indiciado o direito de defesa e recursos;

b - aprovação prévia pela comunidade docente em exercício no departamento ou unidade de ensino do indiciado.

2.2. A garantia descrita é diversa da estabilidade trabalhista plena definida pelo artigo 492 da CLT, que só admite a despedida em caso de **falta grave**, ou circunstância de força maior, comprovada **previamente** através de **inquérito judicial**.

Assim sendo, a opção pelo sistema do FGTS, que afasta o direito à estabilidade plena, não exclui a garantia no emprego instituída pelas normas regulamentares examinadas.

2.3. O fundamento da garantia em questão está no reconhecimento, pelo Estado, de que a plena liberdade de ensino e pesquisa — indispensável à realização das finalidades das universidades públicas brasileiras — só se verifica com a garantia dos docentes no emprego.

A ESTABILIDADE DO ARTIGO 41 DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

3.1. A Carta Política de 1988 dispôs sobre a estabilidade dos Servidores Públicos Civis da seguinte forma:

“Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.”

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transmitida em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.”

Referindo-se a **servidores** e não a **funcionários**, a norma constitucional abrange tanto os estatutários quanto os celetistas.

3.2. Observe-se que a estabilidade posta na Constituição em favor do conjunto dos servidores públicos das três esferas

de poder é instituto diverso da garantia que fora outorgada aos docentes universitários pelo Decreto nº 94.664/87. Este decreto limitou-se a afastar a possibilidade de despedida sem justa causa, ao mesmo tempo em que reafirmava ser ela possível nas hipóteses definidas em lei como justa causa, instituindo, assim, o que o Direito do Trabalho reconhece pelo “nomen juris” de **garantia contra a despedida imotivada**.

A estabilidade representa um **plus** em relação a esta garantia. Em face da norma constitucional, o servidor estável só poderá ser demitido quando incurso em alguma infração para a qual se preveja, como sanção, a pena de demissão. Vista da ótica do Direito do Trabalho, a despedida do empregado portador de estabilidade somente pode ocorrer se comprovada **falta grave**, ilícito trabalhista de maior intensidade do que as justas causas elencadas no artigo 482 da CLT.

Nestas condições, é possível concluir que a garantia outorgada a todos os docentes das universidades públicas federais, em 1987, pelo decreto regulamentador do Plano Único, veio somar-se a estabilidade outorgada pela Constituição de 1988 àqueles docentes que tenham sido admitidos mediante concurso público, após cumprirem dois anos de efetivo exercício.

3.3. O tema em exame sem dúvida presta-se à polêmicas; poder-se-á, por exemplo, sustentar que com a promulgação da nova Carta surgiu uma nova ordem jurídica e toda a legislação pré-existente deixou, automaticamente, de existir, por ter perdido o seu fundamento, que estava no texto da Constituição extinta.

Somente sobreviveriam as normas que fossem **recebidas** pela nova Carta, por não estarem em contradição com a literalidade de suas normas ou com o seu espírito.

Com estes pressupostos, poder-se-ia alegar que aquela garantia está em desconformidade com o espírito da nova

Carta Política, porque esta só quis assegurar a continuidade do vínculo funcional aos servidores concursados. Mesmo prevalecendo este entendimento, voltado exclusivamente para a tutela do Estado, a derrogação do artigo 50, do Decreto nº 94.664/87, só produziria efeitos em relação aos docentes que ingressaram na carreira do Magistério Superior a partir da promulgação da Nova Carta. Os docentes celetistas que ingressaram na carreira do Magistério antes dessa promulgação já haviam incorporado definitivamente aos respectivos patrimônios contratuais, como verdadeiro direito adquirido, a garantia contra as despedidas imotivadas inscrita no artigo 50 e § 1º, do Decreto nº 94.664/87.

Esta conclusão se impõe em face da incidência do **princípio da condição mais benéfica**, reconhecido universalmente pela doutrina trabalhista.

A ESTABILIDADE EXTRAORDINÁRIA DEFERIDA AOS SERVIDORES PÚBLICOS PELO ARTIGO 19 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

4.1. Atento ao problema social que poderia ser criado com a despedida imotivada de centenas de milhares de servidores admitidos pelo regime celetista ao longo de mais de duas décadas, nas três esferas do poder, o legislador constituinte de 1988 — segundo o exemplo das Constituições de 1946 e de 1967 — outorgou estabilidade plena **no serviço público** a todos os que estivessem em exercício na data da promulgação da nova Carta Política (05.10.88) há pelo menos cinco anos continuados. Assim dispôs no artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais transitórias:

“Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da admi-

nistração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.”

A exclusão dos servidores admitidos na forma regulada no artigo 37, da Constituição, visa certamente afastar a incidência da norma transcrita na relação funcional dos servidores admitidos mediante concurso público, já contemplados com estabilidade ao completarem dois anos de efetivo exercício.

4.2. O legislador constituinte editou norma de caráter geral, tendo como destinatários a universalidade dos servidores, abrangendo a Administração Direta mais as Autarquias e Fundações Públicas, com o que incluiu todas as Universidades Federais. No entanto, inseriu, no § 3º do artigo transcrito, norma que aponta para a discriminação de uma única categoria funcional, a dos **professores de nível superior**. Reza este parágrafo:

“§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.”

Observe-se, desde logo, que esta norma depende de regulamentação através de lei ordinária para produzir qualquer efeito, porque, em face de seus termos, a exclusão dos docentes universitários da abrangência da norma estabilizatória antes transcrita deverá ocorrer **“nos termos da lei”**.

Em face desta dependência de regulamentação posterior, que até agora não ocorreu, a norma em exame é classificada pela moderna doutrina do Direito Constitucional como norma de **eficácia contida**.

Diante da crise eficaz que afeta a norma discriminatória dos professores de nível superior, somos levados a concluir que esta categoria de servidores públicos permanece sob a proteção da

norma estabilizatória estabelecida no caput, do artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

4.3. Ao dispor que o legislador ordinário deverá editar lei com o sentido de excluir uma categoria de servidores públicos dos efeitos da norma estabilizadora do artigo 19, do ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, o legislador constituinte editou comando em flagrante contradição com a norma inscrita no artigo 5º, caput, da Carta Política de 1988, que consagra o princípio cardeal da isonomia. Reza este artigo:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade...”

É unânime a doutrina no sentido de que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia.

Em síntese, o legislador ordinário está diante de um impasse: por um lado, está obrigado a editar norma discriminatória e, por outra parte, está proibido de fazê-lo.

4.4. Tendo como pressuposto o dogma positivista segundo o qual o Direito é um sistema não contraditório, dir-se-á que, sendo as regras em confronto de igual hierarquia, impõe-se a sua conciliação lógica, de forma que ambas produzam efeitos. E a solução proposta será, sem dúvida, sustentar que primeiro o legislador constituinte estabeleceu, no artigo 5º, a “regra geral da igualdade” e depois estabeleceu validamente exceções a esta regra.

Adotando-se esta ótica, o **princípio da igualdade**, informador de todo o sistema jurídico, fica reduzido a uma simples **regra** que comporta tantas exceções quantas o legislador constituinte queira abrir.

4.5. A visão do Direito como sistema de normas consistente, completo e unitário (não contraditório), tendo como modelo as ciências exatas, resulta do

“primeiro Kelsen”, o da *Teoria Pura do Direito*, a bíblia do juspositivismo pátrio mais elaborado. O “último Kelsen”, o da *Teoria Geral das Normas*, reconhecendo que o direito não é um sistema de normas dotado de racionalidade plena, admite que nele existem lacunas e contradições.

4.6. Flexibilizada a visão do Direito, é possível compreender que estamos diante de uma *antinomia*: o parágrafo 3º do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias confronta de forma irreconciliável com o artigo 5º, da Constituição. A superação desta antinomia real será buscada através de uma **interpretação corretiva**, que negue aplicação à norma discriminadora dos professores de nível superior, em face da supremacia que se deve reconhecer aos direitos e garantias fundamentais inscritos no Título II da Constituição, o primeiro deles o direito à igualdade. Este título contém *normas-princípios* que são a própria encarnação das idéias matriz do sistema constitucional.

Pontes de Miranda, nos seus *Comentários à Constituição de 1967*, sustenta que os direitos fundamentais são supra-estatais, existem a despeito das leis que os pretendam modificar ou conceituar e que *o conceito de igualdade é a priori, preexiste como dado lógico à feitura das Constituições*.

4.7. O argumento usado para discriminar os professores do ensino superior foi o do “critério de excelência”, que deve reger a carreira universitária.

Este argumento justificaria apenas que os documentos não fossem efetivados nos cargos da carreira do Magistério Superior. Mas a Constituinte de 1988 não efetivou ninguém nos cargos ou funções que exercia, mas apenas estabilizou no **serviço público**, prevendo inclusive a prestação de concurso para fins de efetivação. (§ 1º do art. 19, do ADCT)

É, assim, irrecusável a conclusão de que, em face do princípio isonômico, consagrado pelo artigo 5º da nova Carta, os docentes universitários estão ao abrigo da norma estabilizatória inscrita no artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias e não poderão ser excluídos da sua incidência por qualquer disposição legal.

DEMÉTRIO RIBEIRO

O professor e arquiteto Demétrio Ribeiro foi indicado para receber o título de Professor Emérito da UFRGS por iniciativa da Faculdade de Arquitetura. Dono de uma trajetória marcante, com intensa atuação no âmbito da Universidade e na vida política do nosso Estado, Demétrio tem uma história recheada de lutas e realizações. O ADverso, com o objetivo de resgatar sua presença e sua trajetória pessoal, trouxe para uma entrevista seus amigos César Dorfman, ex-aluno, arquiteto, e o professor Aron Taitelbaun, diretor do Instituto de Matemática, professores da UFRGS. Participaram também o prof. Joacir T. N. Medeiros, do Instituto de Física da UFRGS e membro do Conselho Editorial do ADverso e a jornalista Raquel Ritter Longhi, do ADverso.

JOACIR - Demétrio, teu nome foi votado pelo Conselho Universitário da UFRGS para receber o título de Professor Emérito. Como professor cassado durante o Regime Militar, como vês a mesma Universidade que te expurgou, conferindo-te um título como este?

DEMÉTRIO - As pessoas que votaram pela concessão do título nunca teriam me cassado, mesmo naquele tempo. Eu era do Conselho Universitário, representando a Congregação da Faculdade de Arquitetura, em 1964. Minha inclusão nos atingidos pelo Ato Institucional se deveu, talvez, mais ao tipo de atividade, vamos dizer assim, organizativa, que eu desempenhava, do que à ideologia. Eu fazia parte do Conselho Administrativo da Faculdade e atuava na Congregação. Relacionamento mais o que se chama de cassação com minha presença nos órgãos universitários, na defesa de posições que eram identificadas com a esquerda. E talvez, por uma história mais antiga, de ter sido militante notório do Partido Comunista. Mas, não foram as mesmas pessoas que cassaram e que votaram o título de Professor Emérito.

JOACIR - Então, a Universidade não é a mesma?

DEMÉTRIO - Considero que as cassações — eu sei que isso parece discutível — foram impostas de fora à Universidade. Uma condição histórica da tradição brasileira é ser bastante servil. Eu me formei no Uruguai. Minha Universidade era uma universidade na qual não se poderia cassar um professor sem prender o Reitor, em que não se poderia prender um estudante sem levar o Diretor da Faculdade junto. Outra tradição. Autonomia. Altivez. Mas aqui, contemporiza-se. É uma his-

tória que foi até contada num livro. Uma das primeiras coisas que a ADUFRGS fez foi publicar um livro, “Os Expurgos da UFRGS”, em que está tudo bem contado.

CÉSAR DORFMAN - Participei como estudante desta fase (me formei em 64 na Arquitetura). Quando o Prof. Demétrio foi cassado, eu estava terminando a Faculdade) e, claro, tinha participação no Diretório Acadêmico também. Inclusive, fui preso em 64 e, coincidentemente, o Otto Alcides Olweiler estava preso na mesma cela. E uma coisa que não dá para entender, o Otto foi preso e não foi cassado na Universidade; o Demétrio não foi preso e foi cassado. Aí tem um detalhezinho que me preocupa, no rebatimento para os dias de hoje: não sei se foi tanto de fora que veio esta cassação, senão por ressentimentos internos. Vejo assim: talvez o Otto fosse um político fora da Universidade, mas dentro dela fosse um professor. E a posição do Demétrio dentro da Faculdade era de liderança absoluta. Eu sei disso porque o Demétrio representava o que havia de avançado dentro do grupo de professores, os alunos reconheciam a liderança e os professores reconheciam na base de reconhecer uma capacidade. Acho que isto aí deve ter criado muita ciumeira entre professores, etc.

DEMÉTRIO - Há contradições no meio dos professores, mas repito que as pessoas que votaram em mim para Professor Emérito, são pessoas que não teriam aceito votar por minha cassação, jamais teriam compactuado com isso. Quando os colegas da Faculdade de Arquitetura pensaram em me indicar para o título, vieram me perguntar se aceitaria, dados os antecedentes. Não

se indica alguém que não vá aceitar. Para mim, não era caso de cobrar nada da Universidade. Eu sei que são processos dinâmicos, cheios de contradições, dentro dos quais houve coisas muito piores do que a cassação. Até mesmo na Universidade.

JOACIR - Por exemplo?

DEMÉTRIO - Na Filosofia houve delações frontais. No caso da Arquitetura, os dirigentes estudantis foram os que deram mais vexame, como se diz. Isto porque pouco antes destes episódios, uma delegação numerosa tinha ido a um Congresso Mundial de Arquitetura em Cuba. A turma mais progressista foi a Cuba. Foram e voltaram, mas no meio disso houve eleições e a direita tomou conta do Centro Acadêmico da Arquitetura.

CÉSAR - A liderança tinha viajado a Cuba...

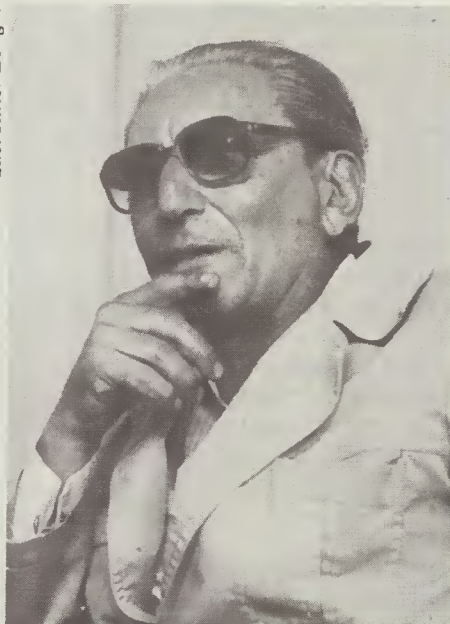
DEMÉTRIO - E quando voltou, os dirigentes da extrema-direita fizeram falsas denúncias contra nós no pseudo-inquérito de 64. Foi um episódio que já passou. Acho que existe, talvez, nas pessoas que me deram o título de Professor Emérito, um sentimento de fazer justiça. O fato de eu ter passado 16 anos fora da Universidade sensibiliza muitos colegas. Eu tenho uma suspeita disso.

RAQUEL - Quando voltaste a lecionar, com a anistia, como é que tu encontraste a Universidade?

JOACIR - A Reforma tinha passado, neste tempo.

DEMÉTRIO - Sim. O que eu posso dizer é que eu tinha sido fundador do Curso de Arquitetura no Rio Grande do Sul. Era Catedrático Fundador. Existia a figura do Catedrático, que era uma espécie de dono da disciplina, escolhia os seus assistentes e fazia os programas. Isso, com a Reforma, desapareceu. Parece-me que esta vitaliciedade, pesando bem as coisas, era uma precaução pela liberdade de pensamento. A vitaliciedade era como a que se dá aos Juizes para não sofrerem pressão do Governo. É uma garantia de liberdade de pensamento que transformou-se, na verdade, num anacronismo dentro da vida universitária. A mudança foi para

Raquel Ritter Longhi



"Considero que as cassações foram impostas de fora à universidade".

um Departamento que elege o seu chefe. Foi inegavelmente um avanço. Na Arquitetura, isto funciona de uma forma bastante democrática. A compartimentação entre Departamentos é que é lamentável. Se eu tenho alguma coisa que possa ser interessante na minha trajetória universitária é ter sempre visto a política como parte da formação de uma pessoa. Não acredito em alguém se formar sem adquirir conhecimentos políticos, e sem adquirir conhecimentos mais amplos do que aqueles da sua profissão. Tem um autor alemão contemporâneo, Rudolf Bahro, que fala na "consciência excedentária" — deve ser uma tradução desajeitada do alemão. O estudante tem que adquirir uma consciência que ultrapasse o que ele

precisa saber para exercer a profissão, a fim de que vislumbre mudanças. Na Universidade, ele não deve se contentar em fazer um bom projeto, um bom trabalho escolar; tem que visualizar além. Essa idéia encontrava uma grande resistência no meio dos professores, e um grande apoio no meio dos alunos, antes de 1964. Na fundação da Faculdade de Arquitetura, em 1952, por exemplo, a idéia de ter uma disciplina de Sociologia, na Arquitetura, coisa que hoje é pacífica, foi rejeitada com o argumento expresso de que era uma matéria muito sujeita a influências "vermelhas". A rejeição decidida pela maioria da nova Congregação, aliás, contra o voto dos professores arquitetos, indignou os estudantes naquela ocasião. Isso aconteceu há 38 anos atrás. Depois da Anistia, eu encontrei professores de direita, fazendo comentários sobre a ação imperialista na cultura, com uma visão muito diferente da do passado. Colegas que tinham pertencido à estrutura do reacionarismo da Igreja Católica no início dos anos 50 (a JUC - Juventude Universitária Católica, etc.), que adotavam agora um discurso progressista, muito autêntico, aliás.

Em compensação, os estudantes também estavam completamente diferentes após o período autoritário, só que no sentido oposto. Quando, na época da Anistia, na Arquitetura, houve uma consulta direta para a escolha do Diretor, duas pessoas foram as mais votadas, com quase 70% dos votos: o colega que hoje é presidente do Instituto de Arquitetos, meu amigo Ivan Mizoguchi, muito conceituado na Faculdade, e eu, que tinha acabado de retornar.

"As pessoas que votaram em meu nome para Professor Emérito, jamais teriam votado pela minha cassação".

Fiquei surpreso com o que eu pensava ser a politização dos estudantes. “Que podem saber de mim esses jovens, a não ser que sou comunista?”, perguntava eu. Pouco depois disso, houve uma eleição no Diretório Acadêmico da Arquitetura, e ganhou uma chapa que se chamava Chapa Sã — trocadilho com Chapação. Seus lemas eram: “Chega de Política”, “Chega de Papo Político”, “Pela Legalização da Maconha”. Confesso que fiquei surpreso. Depois que eu voltei à Faculdade, tentou-se muitas vezes organizar debates, o que não é difícil na Arquitetura, onde há tantos temas para debater em nível mais amplo: cidade, habitação, etc. Vi desinteresse ou, pelo menos, omissão nos estudantes. Parece uma rejeição total da política e dos problemas sociais.

RAQUEL - Como tu interpretas esta atitude dos estudantes, após 16 anos de ditadura? Alguma coisa aconteceu neste período. Os estudantes, principalmente eles talvez, perderam muito no sentido cultural, e isto deve explicar esta atitude apolítica.

DEMÉTRIO - Eles foram condicionados neste sentido, o que era um dos objetivos do golpe de 1964, afinal de contas...

“Tasso Correa é um homem cujos serviços à cultura do nosso Estado não podem ser esquecidos”.

CÉSAR DORFMAN - Sobre isto, eu tenho um depoimento. Depois que o Demétrio voltou, eu já estava lecionando desde 76, embora antes disso eu tivesse tentado entrar, mas me disseram que sem “atestado de bons antecedentes” eu não podia nem pensar nisso. Quando o Demétrio foi reintegrado, a gente teve algumas conversas, eu o convidei para fazer umas palestras na nossa disciplina e me lembro que uma

das coisas que ele comentou foi a apatia dos estudantes. Eu que participei como estudante antes de 64, e depois de 76 como professor, acho tranquilamente que a grande diferença ele já colocou. Acho que o quadro dos professores sob o aspecto estritamente técnico melhorou. Falo em termos de Arquitetura — e isto certamente deve se refletir em toda a Universidade. Sob o aspecto político, o professorado perdeu. Mas a maior perda dentro da Universidade foi exatamente em relação aos estudantes. Porque ainda existe uma boa parte da geração formada antes de 64, que está lecionando, dentro da Universidade; então, ainda há aqueles resquícios de uma cultura geral, de uma tradição de luta política, de discutir problemas, enquanto que os estudantes ainda são gerados nesse forno da Ditadura. De certa maneira, a gente está fazendo o que o Demétrio fazia naquela época, tentando motivar os estudantes além de ensinar a Arquitetura propriamente dita, e a gente sente isso. A coisa é muito mais ampla. Se faz um debate sobre Arquitetura dentro de aula com um grupo de dez pessoas, e se tem dificuldade de fazer com que alguém se manifeste.

ARON - Demétrio, eu teria uma curiosidade muito grande de saber como é que tu te tornaste comunista.

JOACIR - A pergunta do Aron é extremamente pertinente, mas acho que há uma anterior, é saber um pouco de tua trajetória antes disso:

DEMÉTRIO - Fiz amizade com um colega na Faculdade de Arquitetura de Montevideo, que tinha parado de estudar por um tempo, muito inteligente, muito calmo. Fora o redator de política internacional do jornal do Partido Comunista do Uruguai...

JOACIR - Qual foi o primeiro livro comunista que leste?

DEMÉTRIO - Foi o Anti-Dühring, de Engels. Eu o li meio por acaso. Li aquela parte fundamental, sobre o sentido do materialismo histórico. Foi para mim uma revelação.

A Universidade de Montevideo, no período de Guerra, era um comício constante. O Uruguai era um país onde se discutia muito e onde também se res-

“Não acredito em alguém que se forme numa Universidade, sem adquirir conhecimentos na área política”.

peitava muito as opiniões. Lembro de um episódio muito significativo, até engraçado: uma assembleia geral de estudantes, em que alguém propôs um juramento democrático. E lá pelas tantas, um colega nosso disse: “Eu não posso jurar!”. “Mas por quê?”, perguntei, e o rapaz disse: “Porque eu sou nazista!” E ele continuou na reunião... Isso em 41.

JOACIR - Tu és considerado um bom arquiteto, daqueles que merecem ser citados sempre, etc. Quando tu começa a desenhar obras?

DEMÉTRIO - Desde o início me voltei para uma modalidade de arquitetura que é o urbanismo. Recém formado, comecei a fazer planos urbanos para municípios do interior em equipe com um colega engenheiro, hoje falecido: Edvaldo Paiva. Depois, passei a lecionar.

CÉSAR - Como é que apareceu a oportunidade de lecionar?

DEMÉTRIO - O Dr. Tasso Correa, que era Diretor do Instituto de Belas Artes, achou que tinha que se criar um curso de Arquitetura em Porto Alegre, e criou. É um homem cujos serviços à cultura rio-grandense não podem ser esquecidos: Tasso Correa.

JOACIR - Tua trajetória política na verdade foi feita enquanto arquiteto, enquanto profissional. Tua intervenção social no mundo foi enquanto arquiteto. E desta forma tiveste tua necessidade de modificar as coisas. Acho que isto é o lado mais positivo que tu tens. Arquiteto e militante comunista. Onde tua militância política foi mais eficaz? Hoje tu tens 74 anos e podes fazer um balanço das tuas atividades. Onde tua atividade como profissional foi mais importante?

DEMÉTRIO - Quem se integra num

partido que tem o objetivo de contribuir para a mudança da sociedade, tem algumas opções. A minha foi atuar na sociedade civil. É o que se ensina no Partido. Tentar ajudar a sociedade a se organizar. Organizar, não para fazer proselitismo, como os adversários pensam. Entrar no IAB, por exemplo, não para converter os colegas ao comunismo. Não. Mas atuar para que o pessoal se organize, funcione, se democratize, aprenda a funcionar, a pensar coletivamente. Fazendo o balanço disso, não sei se deu algum resultado. Aliás, a vida individual, eu acho que deve ser enfocada de forma existencialista. Existem leis históricas para a sociedade, não para as existências individuais. No plano educacional, na parte universitária, é claro que de um certo modo contribuí, entre inúmeros outros fatores para que ele fosse o que ele é...

JOACIR - Qual é o Partido que tu queeres? Tem o Partidão dos stalinistas e tem o dos ultra-reformistas, que querem acabar com a foice e o martelo, etc. Que Partido tu achas que deve ser o teu?

"Quem se integra num Partido que tem como objetivo a mudança da sociedade, tem algumas opções. A minha foi atuar na sociedade civil".

DEMÉTRIO - É a pergunta do momento. Há companheiros ultra-reformistas, que estão fascinados pela modernização do capitalismo e se aproximando, em certos momentos, da visão do neo-liberalismo, etc. Outros, em compensação, não parecem perceber as novas condições do mundo, da economia moderna...

JOACIR - Qual é está nova condição do mundo?

DEMÉTRIO - O desaparecimento da ameaça de guerra entre as grandes potências. Isto é um fato. Um processo

de internacionalização da economia que é evidente. Estava acontecendo no lado capitalista e agora, com os países, alguns socialistas, há mudanças. Desconhecer os resultados eleitorais nestes países, rejeitando de maneira cabal o sistema do socialismo administrativo carente de democracia...

JOACIR - Qual tua visão sobre isto?

DEMÉTRIO - Essas mudanças favorecem a meu ver a idéia socialista propriamente dita. A gente não sabe muito bem o que ocorreu nestes países e o que gerou tudo isto. Sabe-se, sim, que eles não passaram para o capitalismo. Eles podem ter votado leis capitalistas, mas estão ainda vivendo aquela realidade construída anteriormente. Nestes países, a maior parte da economia está socializada, os direitos ao trabalho, à saúde, à moradia, etc, ainda existem impressos na lei. Estão no começo de um processo e é muito prematuro tirar conclusões. Não existe base científica para se dizer que o socialismo fracassou. O que é preciso, sobretudo para o brasileiro, que está ameaçado pelas tendências do Governo atual, que contém os germes do fascismo, é saber discernir o que nós temos que fazer a curto prazo, com quem nos aliar, quais são os objetivos atuais na trajetória até o socialismo aqui. As coisas vão continuar acontecendo lá, e sendo interpretadas. A realidade, aqui, não vai parar para ver em que dá a Perestroika...

JOACIR - Dá um último depoimento prá nós. O que é estar com 74 anos, velho professor, velho militante...

DEMÉTRIO - Uma pergunta que me fizeste antes está presente agora. Qual o partido que é preciso? Cada momento tem que ser vivido para frente. Deixar de lado estas constatações de idade, e se engajar naquilo que se pode fazer. Ver se pode-se contribuir para que uma discussão como a do 9º Congresso do PCB avance...

JOACIR - Tu perdeste uma coisa importante, que seria de continuar como professor da Universidade. Isso não deixa uma coisa muito arejada na tua vida?

DEMÉTRIO - Eu não tenho a sensação clara do que se chama vocação docente. No fundo de tudo, existe o amor. Para

ser um bom professor, a pessoa tem que amar o aluno. Eu, quando estou com um aluno desinteressado, perco o estímulo e até a paciência, mas as pessoas que têm vocação docente mesmo, nunca sentem isto. Eu gosto de explicar para as pessoas inteligentes, o que nem sempre é o caso. O prazer de expor, de raciocinar, eu tenho. Essa outra relação, de "amor docente", é o que falta.

JOACIR - A tua obra bacana em Arquitetura, qual foi?

DEMÉTRIO - Não tenho obra bacana, porque eu fiz quase sempre urbanismo, que é uma atividade mais indireta e diluída, mas que é muito mais sedutora para certos profissionais porque abrange muito mais coisas, analisa socialmente os problemas. Na Arquitetura, fiz dois ou três projetos que tiveram uma certa presença na época: o projeto do Colégio Júlio de Castilhos, de crítica à arquitetura moderna que a gente fazia naquele tempo. Era uma crítica em nome da inteligibilidade da arte... Tentar uma linguagem em que o povo se reconheça parte desta criação. Isso tem uma dimensão muito grande na Arquitetura, e foi um problema colocado pelos arquitetos soviéticos no período de 1934 a 1954, discutido e não entendido no Ocidente, salvo em alguns níveis de análise muito elevados, na crítica arquitetônica inglesa, por exemplo. Isso se inseriu na década de 50 em toda uma problemática surgida do pós-guerra. Houve um Congresso de Arquitetos Modernos em 1952 para fazer um balanço autocrítico da comunicabilidade da arquitetura moderna. Tinha havido a guerra e depois a reconstrução. A reconstrução havia dado ensejo a muitos arquitetos modernos de fazer obras de alcance social pela primeira vez, e de dialogar com o povo. Aí, esta questão se colocou muito agudamente: o povo se sentia distante da estética moderna. Discutimos isso aqui. Até fiz uma palestra na Escola de Belas Artes em Paris, imagine, sobre essa questão. Há pesquisadores da História da nossa Arquitetura que registraram essa espécie de "pré-pós-modernismo" de um grupo de arquitetos de esquerda, no Rio Grande do Sul nos anos 50.

O NEGRO NA UFRGS

(O Apartheid é - também - aqui)

Qual o significado da libertação de Nélson Mandella? As leituras podem ser muitas. Para o regime racista da África do Sul, a decisão foi uma válvula de escape destinada a reduzir a pressão interna e internacional. No nível de nossa consciência individual e coletiva, aconteceu talvez um fenômeno semelhante, que podemos expressar em termos de "Que bom que o racismo está diminuindo!". E a constatação nos autoriza a mantermos intacta a nossa dose de racismo profunda.

Qual, pois, a situação do racismo em nossa Universidade? Aconteceu, há alguns meses, na UFRGS, um evento promovido pelo "Grupo de Estudos sobre Cultura Negra", da Faculdade de Educação. Uma pessoa buscou informações no térreo da Reitoria, dizendo que lera no jornal. Ouviu, então, o comentário: "Deve ter sido na página policial". A grosseria da expressão revela aquele racismo que a maioria de nós camufla com mil eufemismos.

Mas já que a referência para o questionamento é o regime do apartheid, convém lembrar um dado, fornecido pela professora negra Vera Triumpho, da SEC. Na África do Sul, a proporção de negros entre os que concluem a universidade é de 12%. No Brasil, de apenas 1%. A prof. Zenóbia Lúcia de Deus, também da SEC, lembrou que a Constituição do Império declarava o ensino de 1º grau obrigatório para todos os brasileiros. Na mesma Constituição, porém, dois grupos eram proibidos de frequentar a escola: os leprosos e os escravos. As coisas hoje são piores porque, embora a lei tenha mudado, os negros continuam duplamente excluídos: como classe e como raça.

Mas qual a situação em nossa Universidade? A prof. Marilene Paré, colega negra do Aplicação, observa: "Basta o

BALDUÍNO ANTÔNIO ANDREOLA*

simples olhometro para responder. Não se precisa de estatística". Roseli da Rosa Pereira, estudante negra da Pedagogia, comenta: "Basta olhar: os negros são minoria". Márcia Amaro Santos, neta do líder negro e eminente Deputado Carlos Santos, falecido há um ano, pondera que a presença negra na UFRGS "é escassa, mas importante". Segundo ela, os negros deveriam descobrir que não têm menos qualidades que os brancos para frequentar a universidade. O Dr. Carlos A. Menezes Soares, que cursou na UFRGS Direito e Enfermagem, em seu livro "A Abolição da Escravatura Existe?" (p. 18), escreveu que "em 1977, houve incidentes no Curso de Enfermagem, porque as mestras não queriam que o 'negrinho' se formasse naquele curso".

Em 1987 ministrei, no Pós-Graduação em Educação, a disciplina "Educação Popular e Currículo". Alguns alunos sugeriram um seminário com representantes de movimentos populares. Entre os convidados, havia integrantes dos movimentos negros. No mês de novembro, telefonou-me o amigo Dr. Menezes, que participara com o Dr. Paulo Acioly do Seminário. Comunicava-me que eu seria agraciado com o troféu Zumbi, na Imperadores do Samba. Perguntei qual o motivo da homenagem, ao que ele me respondeu: "O seminário significou a primeira vez que a Universidade abriu as portas ao movimento negro". Realmente, nós somos pessoas sérias, como os personagens de Saint Exupéry. Não podemos interromper nossas lides acadêmicas para dialogar com o povo.

Minha ironia não é figura de linguagem. Ela irrompe de uma revolta que assumi, como bandeira de luta, em 1983. Durante o curso de doutorado, na Bélgica, foram no meu apartamento dois

estudantes de Ruanda. Na conversa com eles, observei que os africanos tinham uma vantagem sobre nós, os latino-americanos, por dominarem melhor o francês. Ao que um deles retrucou que nós tínhamos uma vantagem maior. "Qual?", perguntei eu. E ele me respondeu: "La Peau" (a pele). E acrescentou: "Vocês são considerados como europeus". Confesso que meu sentimento foi de vergonha de ser branco.

Acredito pouco em reforma de uma Universidade que recusa a repensar-se frente aos grandes problemas sociais, econômicos e políticos que afligem a maioria do nosso povo, entre eles o racismo. Mas o racismo não é apenas para o negro. É problema básico para o Brasil, como observou Maria Conceição L. Fontoura, funcionária da PRO-GRAD/UFRGS e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Cultura Negra. Não é possível falar em transformação social desconhecendo o problema racial. O Brasil não teria sido construído sem o povo negro. E não chegará a ser realmente uma democracia sem que se enfrente o problema do racismo, e sem que aos negros sejam reconhecidos plenamente os direitos de cidadania.

A exclusão quase total do negro no acesso à Universidade e a sua discriminação no interior da mesma, são partes dos aspectos do problema racial. Mas há outra forma de exclusão. A problemática do racismo, os valores da cultura negra, a reconstituição da história a partir da ótica do povo negro e de sua contribuição para a nossa história estão quase inteiramente ausentes como preocupações de estudo e pesquisa. Quando haverá espaço para o problema da negritude nas nossas discussões? Ou o clamor desse povo não chegou ainda às altitudes de nossos monólogos acadêmicos?

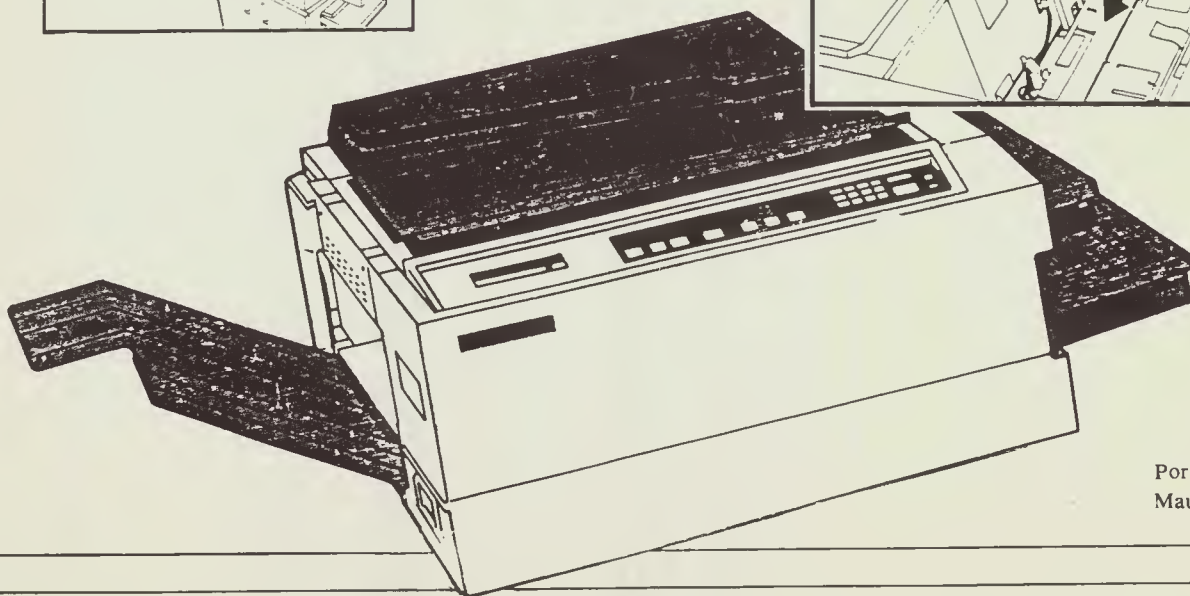
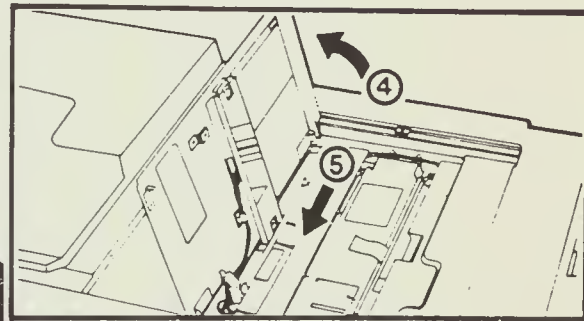
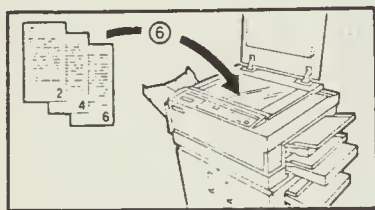
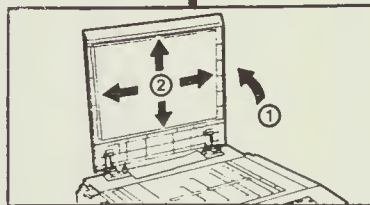
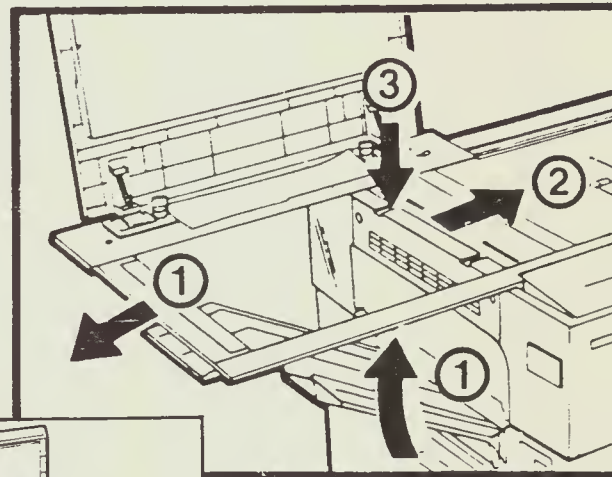
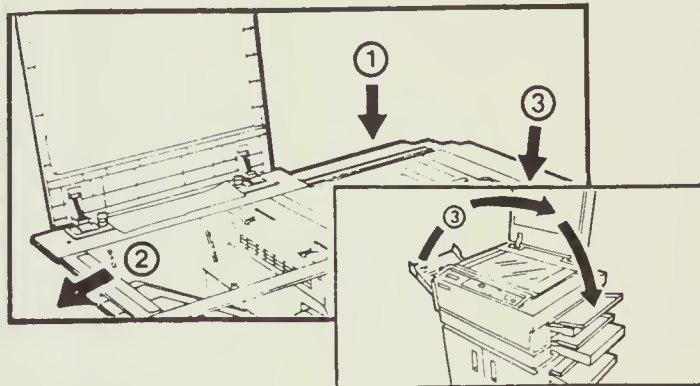
*Diretor da Faculdade de Educação/UFRGS.

OS ADVERSINHOS (II)

Olhai os livros do Campus
Eles não vestem capas,
Não têm lindas lombadas
Corno os livros de nossos pais:
São folhas perfuradas
Por duras espirais.

O autor escreveu em excesso.
Para nós leitores sérios,
É preciso tirar as gorduras.
Os outros capítulos, mistérios
Dispensáveis em nossas culturas.

O nascer de uma supernova,
Dinastia pós-Queóps.
Só interessa o que cai na prova
Pra cultura do xerox.



Por
Mauro Dorfman e Verde.

ADversO



Adufgs